

# PALAVRA DA PRESIDÊNCIA

Os últimos anos, marcados por forte crise econômica e por acentuadas instabilidades políticas, trouxeram à tona exigências de mudanças conjunturais e estruturais associadas ao desenvolvimento econômico, impondo a necessidade de reorganização dos governos e da estrutura produtiva. Como este é o período em que também são definidas as prioridades e linhas de ação para os próximos mandatos do Executivo e do Legislativo, torna-se imperativo pensar em estratégias de superação dos desafios atuais e apontar cenários possíveis e compatíveis com as transformações aceleradas que impactam de forma dramática toda a sociedade.

Caminhar para esse cenário demandará dos novos governantes e legisladores um comprometimento com a mudança e inovação. Concomitantemente à responsabilidade com as contas públicas, há a necessidade de promover uma interação profícua entre as esferas público-privadas, articulando diferentes segmentos da sociedade, com o objetivo de assegurar que Santa Catarina trilhe o caminho do desenvolvimento.

A indústria se coloca como parceiro ativo desse processo, uma vez que é responsável por parte significativa das riquezas e dos empregos do estado.

Ainda que, nos últimos anos, a indústria tenha sido o setor mais afetado pelos resultados erráticos da condução da política econômica, é nela que reside a saída para um crescimento competitivo. Assim como não há, historicamente, economias que conseguiram alcançar estágios produtivos mais avançados sem promover a industrialização, não há alternativas de desenvolvimento aos estados brasileiros que não passem por uma estratégia deliberada de promoção industrial. Somente a partir dela é possível elevar a produtividade, estimular atividades de inovação e tecnologia, absorver contingentes significativos de trabalhadores e, ainda, integrar as regiões à economia internacional.

A Carta da Indústria Santa Catarina emerge desse contexto, reunindo os principais desafios identificados pelo setor industrial catarinense e propondo estratégias de ações convergentes com a economia estadual. Nela são destacados oito fatores que estruturam o desenvolvimento e que, ao serem desdobrados em temas prioritários, objetivos e metas, fornecem uma grande agenda transversal, sobretudo para o governo. Implementadas com sucesso, tais medidas conduzirão o estado ao nível de maturidade tecnológica exigido pelos paradigmas modernos de competição. Trata-se de propostas inovadoras e não defensivas.

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), empenhada em ouvir com atenção as demandas da indústria e da sociedade, em unir forças e parcerias com o setor produtivo e com o setor público e em agir pela concretização de medidas que promovam o desenvolvimento do estado e o bem-estar das famílias catarinenses, apresenta suas propostas para viabilizar o alcance de tal objetivo.

A partir da implementação das prioridades apontadas, é possível vislumbrar um quadriênio de crescimento sustentável e equilibrado, caminho que fortalecerá a posição de Santa Catarina no contexto nacional e criará as condições necessárias para que todas as regiões e o estado se desenvolvam harmonicamente, beneficiando todos os catarinenses.

**Glauco José Côrte** Presidente da FIESC

**Mario Cezar de Aguiar** Vice-presidente da FIESC



#### FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC)

PRESIDENTE: GLAUCO JOSÉ CÔRTE

1° VICE-PRESIDENTE: MARIO CEZAR DE AGUIAR
DIRETOR 1° SECRETÁRIO: EDVALDO ÂNGELO
DIRETOR 1° TESOUREIRO: ALFREDO PIOTROVSKI
DIRETOR 2° TESOUREIRO: EGON WERNER

VICE-PRESIDÊNCIAS DA FIESC ALTO URUGUAI CATARINENSE: ÁLVARO LUIS DE MENDONÇA ALTO VALE DO ITAJAÍ: LINO ROHDEN CENTRO-NORTE: GILBERTO SELEME CENTRO-OESTE: MÁRCIO LUÍS DALLA LANA EXTREMO OESTE: ASTOR KIST FOZ DO RIO ITAJAÍ: MAURÍCIO CESAR PEREIRA LITORAL SUL: MICHEL MIGUEL NORTE-NORDESTE: EVAIR OENNING **OESTE: WALDEMAR ANTONIO SCHMITZ** PLANALTO NORTE: ARNALDO HUEBL SERRA CATARINENSE: ISRAEL JOSÉ MARCON SUDESTE: TITO ALFREDO SCHMITT SUL: **DIOMÍCIO VIDAL** VALE DO ITAJAÍ: RONALDO BAUMGARTEN JUNIOR VALE DO ITAJAÍ MIRIM: INGO FISCHER VALE DO ITAPOCU: CÉLIO BAYER

VICE-PRESIDENTES PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS MÁRIO LANZNASTER NEY OSVALDO SILVA FILHO RUI ALTENBURG

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

ASSESSOR DA FIESC PARA ASSUNTOS DO MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO: **ANTÔNIO JOSÉ CARRADORE**DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E INDUSTRIAL DA FIESC: **CARLOS HENRIQUE RAMOS FONSECA**DIRETOR JURÍDICO: **CARLOS JOSÉ KURTZ**DIRETOR DE MARKETING E RELACIONAMENTO COM O MERCADO: **CARLOS ROBERTO DE FARIAS** 

SUPERINTENDENTE SESI/SC: FABRIZIO MACHADO PEREIRA
GERENTE DE AUDITORIA: FERNANDO PISANI DE LINHARES
DIRETOR REGIONAL SENAI/SC: JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES
DIRETOR TÉCNICO DO SESI/SC: MARCO AURÉLIO PRASS GOETTEN
DIRETOR TÉCNICO DO SENAI/SC: MAURICIO CAPPRA PAULETTI
SUPERINTENDENTE DO IEL/SC: NATALINO UGGIONI
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA: RODRIGO CARIONI
SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS: SILVESTRE JOSÉ PAVONI

COORDENADOR DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL: **EGÍDIO ANTÔNIO MARTORANO**COORDENADOR DE ASSESSORIA DE IMPRENSA: **ELMAR MEURER**ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO: **LEONARDO COSTA**COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO FIESC DA INDÚSTRIA CATARINENSE: **SIDNEI MANOEL RODRIGUES**COORDENADORA DO CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS: **TATIANI LEAL** 

## **APRESENTAÇÃO**



O desenvolvimento socioeconômico catarinense é o principal desafio do Estado e passa, necessariamente, pela ampliação da sinergia entre as diversas atividades produtivas e o setor público. Para promover a maior interação entre esses espaços de transformação, a FIESC divulga a Carta da Indústria, documento que consolida as principais demandas para o período 2019-2022 e que pode subsidiar decisões da esfera executiva e legislativa do governo estadual.

Resultado de um amplo debate realizado por meio de diversas oportunidades de interação do setor industrial, especialmente pelo Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PDIC) e pela Agenda de Desenvolvimento Regional, a Carta representa as demandas de diferentes setores e regiões do Estado, convalidadas em pesquisa com empresas e trabalhadores da indústria. A visão empresarial nela existente, formada por um olhar de Santa Catarina e para Santa Catarina, desenha as necessidades a serem atendidas para que se tenha um futuro de mais oportunidades. Não se coloca, portanto, como substituta à Agenda da Indústria para o Poder Executivo 2018, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mas sim um complemento a ela.

Enquanto na proposição da CNI há um enfoque de caráter macro – voltado à política econômica e ao comércio exterior –, busca-se, com a Carta da Indústria Santa Catarina, promover um alinhamento estadual às demandas nacionais do Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, complementando-o pela **ótica catarinense**. Desse modo, ao aproximar os candidatos ao poder Executivo e Legislativo de Santa Catarina às demandas percebidas pelos empresários catarinenses como prementes à atividade produtiva, é possível que se desenhem novos planos de governo ao estado e que também se reflitam no âmbito federal

Após as eleições de 2018, este documento passa a se constituir como guia ao acompanhamento das iniciativas governamentais dos candidatos eleitos. Para isso, a Carta da Indústria assume um formato inovador e dinâmico que, em sua versão digital (www.cartadaindustria.fiesc.com.br), trará a avaliação da convergência ou divergência das ações políticas às metas definidas para que os objetivos prioritários do setor sejam atendidos. Somadas às demandas constantes neste documento, faz-se deste esforço adicional de monitoramento, uma tentativa de colocar em prática os instrumentos do estado em prol da superação do seu principal desafio: o desenvolvimento socioeconômico. Com isso, espera-se que gargalos e carências sejam sanadas ou minimizadas, de modo a impulsionar ainda mais a dinâmica do crescimento que a atividade industrial representa.



#### © FIESC, 2018.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

#### **EQUIPE TÉCNICA**

Amanda Maciel da Silva Angélia Berndt Ana Lúcia Teixeira Bárbara Pavei Witthinrich Camilie Pacheco Schmoelz Carolina Fernandes Custódio Danielle Biazzi Leal Dérick Pereira Costa Edilene Cavalcanti dos Anjos Fernanda Pereira Lopes Carelli Henrique Reichert Joice Denise Schäfer Juliano Anderson Pacheco Liana Bohn Luciane Camilotti Mariana Piaia Abreu Sidnei Manoel Rodrigues Vanderson Santana de Oliveira Leite Sampaio

#### **Projeto Gráfico**

Fabio Dias Hernandez Jaison Henicka

#### **Fotos**

Acervo: FIESC e SANTUR

#### FICHA CATALOGRÁFICA

#### F 000 S

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Carta da Indústria Santa Catarina. - Florianópolis: FIESC, 2018. 127 p.: il.; 21,0 x 29,7 cm

ISBN 978-85-66826-39-5

- 1. Economia catarinense.
- 2. Indústria catarinense.

CDU: 67 (000.0)"2018"



## **COMO ENTENDER A CARTA DA INDÚSTRIA?**

Desde 2013, a FIESC tem realizado um amplo trabalho de levantamento dos principais fatores que impactam o desempenho industrial. Desses esforços, o **Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PDIC 2022)** identificou os setores indutores de desenvolvimento para Santa Catarina e as visões de futuro para cada um deles. A partir de rodadas de debates com mais de 1.700 especialistas da indústria, governo, academia e terceiro setor, foram traçadas as demandas necessárias para que os grandes objetivos de curto, médio e longo prazo fossem alcançados.





Mais recentemente, a **Agenda de Desenvolvimento Regional** deu continuidade ao PDIC, entrando na fase do *Masterplan*, com a priorização de uma agenda convergente de projetos estruturantes e setoriais para a indústria catarinense. Nessa etapa, ao promover o engajamento dos agentes locais, identificaram-se os pontos estruturantes que permitem ampliar a competitividade da indústria, cientes de que esta alavancagem passa pelo fortalecimento das regiões.

Diante dos resultados já alcançados e do ambiente de contínua mudança pelo qual passou o estado ao longo dos últimos anos, a Carta da Indústria congrega as principais agendas já realizadas pela FIESC e, neste ano, novamente validadas pelos empresários e trabalhadores industriais do estado. Especificamente para as empresas, a validade estatística do documento está em uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Mapa com 335 indústrias de pequeno, médio e grande porte de todas as 16 vicepresidências de Santa Catarina, abarcando 12 rotas estratégicas do PDIC. Assim, os resultados encontram-se dentro do intervalo de confiança de 95%, com uma margem de erro de 5,2 pontos percentuais. Fornecê-los aos candidatos ao Poder Executivo estadual em tempos de eleição é não somente uma das formas de a FIESC se posicionar ativamente na defesa dos interesses industriais catarinenses, mas também de incluir, no desenho dos planos de governo, as prioridades identificadas a partir de uma ampla

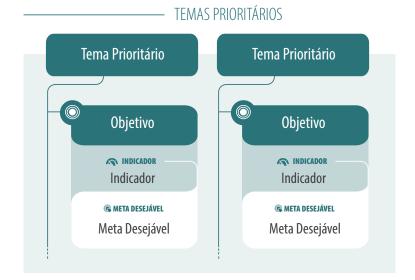
articulação entre empresas, governo, terceiro setor e instituições de ensino.

Para alcançar esse objetivo, a Carta da Indústria traz os principais desafios em oito dimensões, que estão fortemente associadas com a competitividade industrial: os **fatores estruturantes**. Assim, além dos grandes temas macroeconômicos defendidos continuamente na pauta nacional pela CNI, os itens que norteiam o planejamento da indústria catarinense são:

- Educação
- **&** Capital humano
- ₩ Infraestrutura
- Saúde e segurança
- Internacionalização das empresas
- Investimentos e políticas públicas
- Desenvolvimento do mercado

Compreender o porquê da escolha de cada um destes fatores e conhecer a atual situação em que eles se encontram constitui-se em um passo decisivo para avançar nas demais etapas da construção do Mapa Estratégico da Indústria Catarinense, especialmente para definir aonde se quer chegar em 2022. Com base nisso, os fatores estruturantes são desdobrados em temas prioritários, que congregam as principais linhas de ação que conduzem à ampliação da competitividade do setor industrial.

Cada tema prioritário é constituído por objetivos que, uma vez atendidos, enfrentam os principais gargalos a serem superados no Estado. Entretanto, para que a FIESC possa acompanhar o sucesso das iniciativas, são estabelecidos, sempre que possível, indicadores de desempenho e metas desejáveis para 2022¹.





O acompanhamento da evolução dessas variáveis será um desdobramento deste documento, sinalizando quais são as áreas e os temas em que os avanços são mais perceptíveis nos próximos quatro anos, bem como se há convergência às metas perseguidas.

Os objetivos perseguidos podem assumir, no setor público, o formato de proposições, porque não trazem consigo uma linha de ação específica, sendo absorvidos pelos planos de governo a partir de diferentes iniciativas e com distintos níveis de articulação entre a esfera pública e a privada. Assim, o direcionamento serve para lançar luz à indústria catarinense como um todo, permitindo aos candidatos a compreensão da economia do estado como um conjunto diverso de reivindicações específicas, a partir das quais é possível buscar a correção de muitas falhas estruturais e conjunturais, oportunizando melhorias para todo o setor industrial.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Nessa estrutura, cabem duas ressalvas: (i) alguns objetivos são difíceis de serem mensurados e, em função disso, não possuem uma meta desejável para 2022; (ii) alguns indicadores não são medidas exatas para os objetivos, mas sim aproximações deles, funcionando como uma sinalização para mostrar a convergência à finalidade proposta.



# OS ÚLTIMOS QUATRO ANOS DA INDÚSTRIA CATARINENSE EM RETROSPECTIVA

Desde o último ciclo eleitoral, as expectativas sobre o crescimento econômico do Brasil foram suprimidas pelos impactos tardios da crise mundial e das medidas anticíclicas adotadas pelo país. Nesse contexto de grandes mudanças, consubstanciadas pela instabilidade política, os resultados econômicos e sociais se manifestaram no formato de uma das maiores recessões da história brasileira, o que se refletiu, especialmente, no desempenho do setor industrial.

Diante dessa realidade, grande parte dos representantes eleitos por Santa Catarina tiveram sua margem de ação reduzida, dificultando as iniciativas com vistas a um modelo de desenvolvimento apoiado no planejamento integrado. As prioridades foram, portanto, modificadas, e as principais metas se tornaram a busca da estabilidade econômica e a reversão dos efeitos da crise. Felizmente, desde 2017, a economia do estado tem dado sinais de recuperação, trazendo alento e novas perspectivas para os próximos anos.

No novo cenário em curso, com expectativas refeitas e esperanças renovadas, as eleições surgem como momento propício para a definição de agendas que vão ao encontro das reais demandas da sociedade. Em um ambiente com potencialidade de crescimento, pensar um novo plano de governo, que valorize as especificidades produtivas e as competências regionais, representa a possibilidade de alavancar, no estado, o que nele há de melhor.



### **PERFIL INDUSTRIAL**

A economia de Santa Catarina representa 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ocupando o sexto lugar entre as Unidades Federativas. Embora tenha uma estrutura semelhante a dos demais Estados brasileiros quanto à preponderância dos serviços, que representam 65,3% do PIB estadual, seu diferencial está na maior participação da indústria (28,7%), atrás apenas do Amazonas. Em termos municipais, 47% das cidades catarinenses possuem maior representação do setor industrial na geração de riquezas que a média do país. Assim, essa atividade produtiva tem compreendido um terreno fértil, que contribui fortemente com a economia do estado, constituindo-se por quase 51 mil estabelecimentos industriais que empregam 735 mil trabalhadores, representando 34% da força de trabalho catarinense.









R\$ 249 bilhões

4,2% do PIB BRASILEIRO

DAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS

\*8,3%

DAS IMPORTAÇÕES

BRASILEIRAS

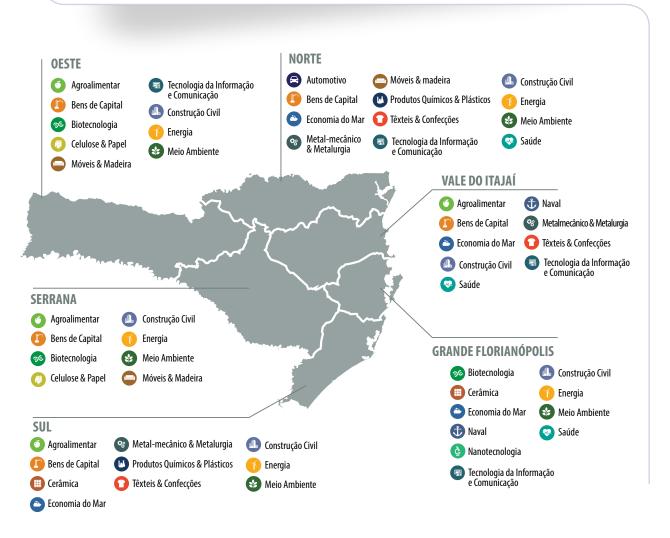
DO VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA

DOS EMPREGOS
ESTÃO NA INDÚSTRIA

23%

DOS ESTABELECIMENTOS
SÃO INDUSTRIAIS

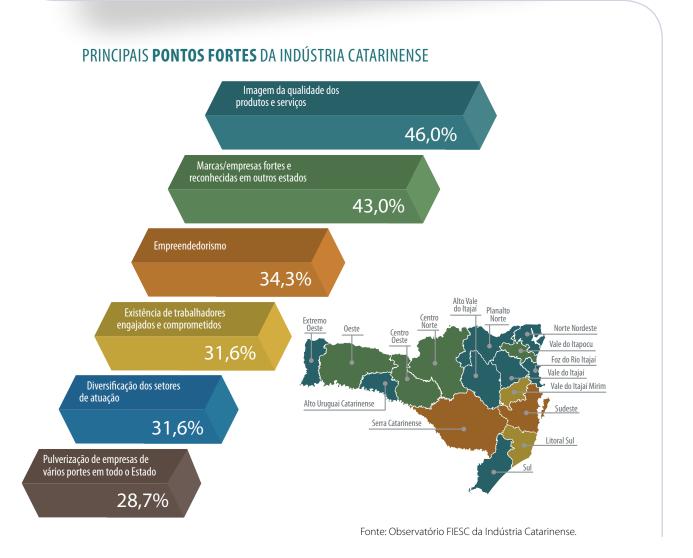
No comparativo estadual, o setor industrial de Santa Catarina é aquele que apresenta maior **desconcentração territorial** e **diversidade produtiva**, já que as quatro principais atividades respondem por **47,9%** da produção do estado (contra 50,2% do Brasil e 50,9% na região Sul). Ao abranger indústrias de diferentes estágios da produção e com tecnologias díspares em todas as suas regiões, a atividade produtiva se alinha às características locais, desenvolvendov de forma mais equitativa, os espaços onde se insere.



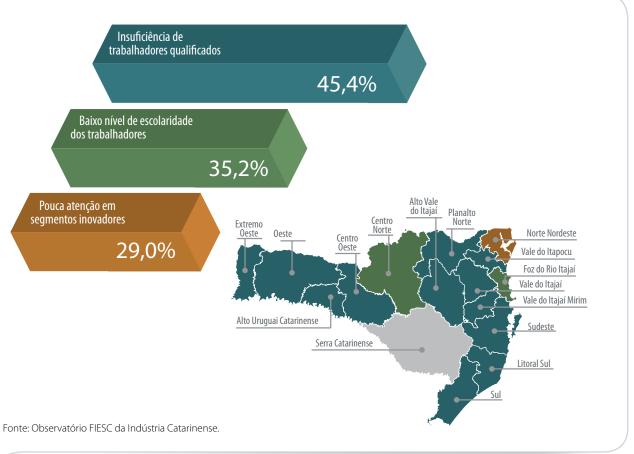


Entretanto, ao acompanhar a tendência de desindustrialização precoce do Brasil, Santa Catarina também percorre uma trajetória de queda da participação da indústria no PIB, embora permaneça em nível superior à média nacional (22,5%). Dado que o setor não atingiu sua máxima potencialidade produtiva no país, a atenção à indústria no Estado se torna ainda mais premente, já que nela se encontra a força motriz que pode sustentar o amadurecimento econômico em direção a setores e empregos mais produtivos e inovadores.

Nos últimos quatro anos, a indústria mostrou sua solidez. Os ganhos de especialização mediante a formação de polos regionais industriais, potencializados pela diversidade e pulverização das empresas de vários portes no Estado, permitiram uma estratégia de mitigação de riscos. Esta configuração se alia a outros pontos fortes do setor, já destacados na Carta da Indústria de 2014, como a imagem de qualidade dos produtos e serviços e a existência de empresas fortes e reconhecidas em outros mercados. A percepção dos empresários, que revela a valorização da indústria catarinense, ganha destaque pelo empreendedorismo e pela existência de trabalhadores engajados e comprometidos.



## PRINCIPAIS **PONTOS FRACOS** DA INDÚSTRIA CATARINENSE



Mesmo diante da valorização do comprometimento dos trabalhadores, é necessário avançar na qualificação destes, quesito já destacado em 2014 como principal ponto fraco da indústria catarinense e, neste ano, novamente reforçado pelos empresários. A falta de aderência entre a oferta laboral e as competências exigidas na indústria, cada vez mais marcada por atividades que incorporam tecnologias disruptivas, cria um descompasso entre as possibilidades de avanço industrial e as limitações da incorporação de trabalho, identificadas como principais pontos fracos do setor na atualidade. O descolamento é ainda mais significativo quando, dada as tendências industriais, as competências técnicas e de qualificação formal se somam às exigências de aptidões pessoais na execução de múltiplas tarefas. Em função disso, os próprios segmentos inovadores passam por restrições, ainda que já coloquem o estado como referência no país.



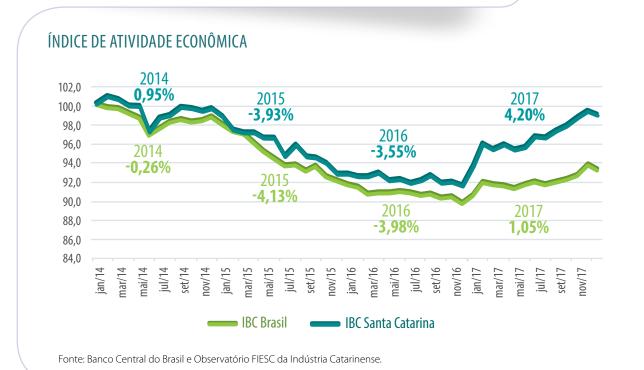
## **DESEMPENHO ECONÔMICO**

A crise econômica e fiscal que se instalou na economia brasileira teve grande impacto sobre os setores produtivos. No cenário recessivo, a contração da demanda foi acompanhada pela necessidade do ajuste das contas públicas, com redução dos incentivos e dos gastos públicos, em consonância com o tímido crescimento mundial e com o desaquecimento da economia chinesa, inviabilizando uma possível compensação via comércio exterior. Neste cenário, Santa Catarina foi bastante resiliente, embora tenha amargado contração significativa em 2015 – último ano para o qual há disponibilidade da variação do PIB. Enquanto o Brasil incorreu em decréscimo de 3,5%, puxado pelo desempenho industrial (de -5,8%), o estado catarinense, por sua composição marcada pela manufatura, teve **decréscimo de 4,2%**.

Ainda que o setor industrial seja o mais atingido pela retração do período, é nele que também se encontram as principais forças que dinamizam a retomada do crescimento. Prova disso é que, com base no Índice de Atividade Econômica do Banco Central, que indica a tendência das variações do PIB, a duração da retração econômica foi mais longa nacionalmente, já que desde 2014 a atividade tem mostrado decréscimos contínuos, iniciando tímida reversão em 2017. Embora esse último ano também seja aquele em que o crescimento volta a ser observado no estado, a força dessa ampliação foi muito superior: 4,25%, contra 1% no país, minimizando as perdas observadas em 2015 (de -3,93%) e em 2016 (de -3,55%).







AVANÇO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

4,6%

NO ÚLTIMO ANO

20

RANKING
CRESCIMENTO
BRASIL

EM DESTAQUE

ALIMENTÍCIOS

7,1%

CONFECÇÃO DE ACESSÓRIOS

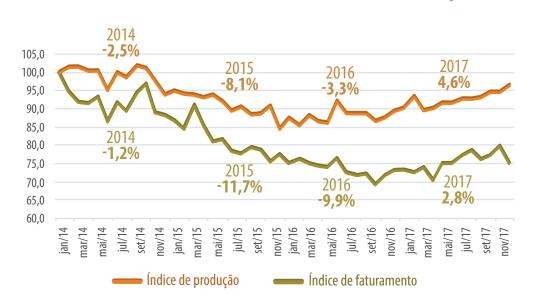
3,6%

Ao comportamento do Índice de Atividade Econômica, é possível fazer uma associação com as duas principais variáveis que mensuram o desempenho industrial: as vendas e a produção física. Em ambos os casos, a retração do setor começa a ser delineada já em 2014, com uma sequência de três períodos com resultados negativos. Entretanto, a recuperação também é ensejada em 2017, ainda que aquém do necessário para recuperar a contração do triênio anterior.

No último ano, o avanço da produção industrial de Santa Catarina foi de 4,6%, o segundo maior crescimento do país (contra 2,5% no desempenho nacional), puxado pela ampliação nos segmentos de metalurgia (27,3%), produtos alimentícios (7,1%) e confecção de artigos de vestuários e acessórios (3,6%). No caso das vendas, o aumento do faturamento industrial catarinense foi observado em 12 dos 17 setores contemplados pelo indicador, com a variação de 2,8% sendo beneficiada pelos segmentos de equipamentos de informática e produtos eletrônicos (17,7%), produtos alimentícios (16,2%) e produtos de metal (14,7%), enquanto no caso brasileiro houve redução de 0,2%. Dado que alguns dos setores que lideram o crescimento dos indicadores são de bens de capital, sugerindo a retomada dos investimentos, os demais segmentos deverão, em breve, sentir os efeitos positivos da recuperação, impulsionados pela ampliação da demanda e do consumo reprimido pela crise.



## PRODUÇÃO E VENDAS



Fonte: PIM-PF (IBGE) e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

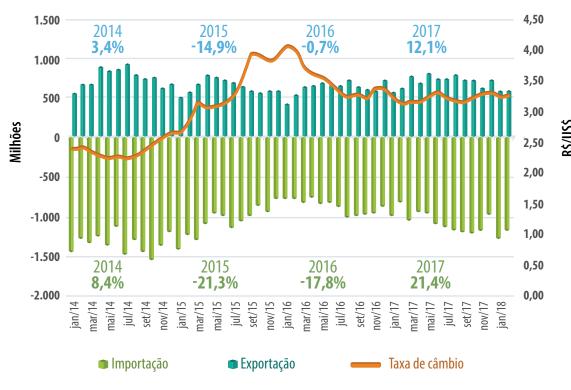
A retomada da produção e das vendas foi acompanhada pelo avanço das relações comerciais internacionais do estado, com as **importações** crescendo **21,4%** e as **exportações**, **12,1%** em 2017. Essa inflexão dá um novo tom à dinâmica de trocas externas que, durante o biênio anterior, não tiveram nas transações uma fonte alternativa de substituição da demanda nacional, reduzindo significativamente o déficit comercial. No último ano, entretanto, a reversão das perdas, com maiscrescimento da compra de produtos importados, sinaliza a combinação de fatores.

De um lado, como grande parte da pauta importadora é constituída por produtos que servem como insumos industriais, a retomada das compras de importados reforça a ampliação da produção interna. Além disso, em termos de condições para o comércio internacional, a boa avaliação dos portos catarinenses significa um maior afluxo de produtos para Santa Catarina que são, posteriormente, redistribuídos nos demais estados e em outros países da América Latina. Prova disso é que, mesmo em períodos de desvalorização cambial, as variações nas importações não vão à direção esperada, com a necessidade de produtos estrangeiros superando o menor poder de compra da moeda nacional.



Pelo lado das exportações, a retomada do crescimento passa por um ambiente internacional mais favorável às trocas e com melhores perspectivas sobre o cenário econômico. Nesse último aspecto, a ampliação é visível, marcada pelo avanço das relações com a China e por novas parcerias comerciais. Por outro lado, a ampliação de medidas protecionistas e restritivas aos produtos catarinenses – especialmente impactados pelas barreiras às carnes de frango e suína, principais produtos de exportações – tem dado a tônica para as alterações no volume exportado, bem como na alteração da dinâmica dos países que lideram os contratos de comércio internacional do estado. Enquanto as incertezas com relação ao posicionamento do Brasil e dos compradores permanecerem, os fluxos catarinenses ficam mais limitados, impactando sobremaneira a possibilidade de fazer dos mercados externos a compensação para as variações na demanda interna, especialmente como alternativa às empresas de menor porte.

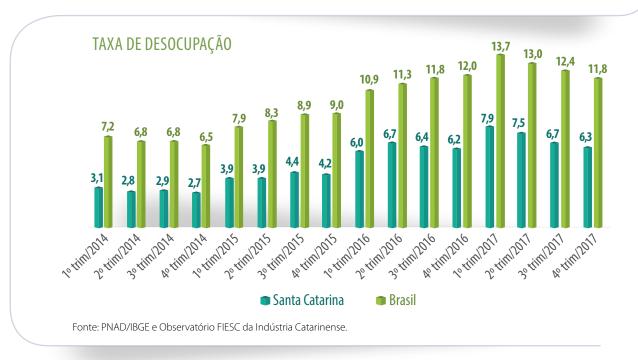
## COMÉRCIO EXTERIOR CATARINENSE



Fonte: MDIC, Banco Central do Brasil e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

RETROSPECTIVA ÚLTIMOS QUATRO ANOS Diante das flutuações internas e externas, e com o intuito de acomodar a produção ao cenário de contração do mercado e aos menores níveis de demanda interna, uma das principais alternativas, além da minimização dos custos, é a redução da atividade, levando ao crescimento da ociosidade. Nesse caso, a retomada dos níveis de crescimento da produção e das vendas ampliaram a utilização da capacidade instalada e, de forma sequencial, impactaram o mercado de trabalho. Após dois anos com resultados negativos no saldo de empregos, 2017 finalizou com o melhor resultado desde 2013, tendo ampliado a geração de vagas de trabalho em **12.443** postos na **indústria de transformação** e em 29.441 no total, o melhor resultado entre os estados.

As variações positivas no ano se refletiram também na redução da taxa de desocupação ao longo de 2017, embora o primeiro trimestre tenha sido de crescimento no indicador. Parte dessa ampliação decorre da lentidão na reversão das perdas, mas também é reflexo do cálculo do índice, que avalia a disposição dos indivíduos ao trabalho e que, portanto, capta as perspectivas mais favoráveis ao emprego. Esse comportamento também é observado no restante do país e, embora ainda se encontre em patamares elevados, a situação do estado é muito mais favorável que a nacional. A diferença superior a cinco pontos percentuais dá a marca dessa dinâmica diferenciada, embora ela ainda traga consigo a noção de que milhares de catarinenses permanecem buscando novas oportunidades no mercado laboral.



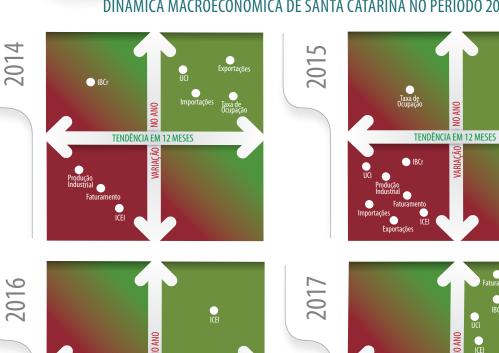
A análise individual dos indicadores mostra que a flutuação na atividade econômica dos últimos quatro anos é representativa da passagem de Santa Catarina por distintas fases de um ciclo econômico. Ao sistematizar essas diferentes variáveis em uma única visualização, colocando-as em termos de variação com relação ao ano anterior e de tendência de 12 meses, tem-se quatro dinâmicas macroeconômicas possíveis: (i) prosperidade, (ii) recessão, (iii) depressão; (iv) recuperação.

Em 2014, embora muitos indicadores ainda se encontrassem na fase de prosperidade (crescendo a taxas crescentes), especialmente diante de um mercado internacional com o câmbio mais valorizado no período, o setor industrial já sinalizava o cenário de reversão, com fortes quedas na produção, no faturamento e no índice de confiança industrial. Entremeando estes cenários distintos, está o índice de atividade econômica de Santa Catarina que, em uma posição recessiva, ainda mostrava variação positiva, mas já com uma tendência de queda.

O ano de 2015 marca a transição completa para a fase de depressão. Com exceção da taxa de ocupação, que ainda não havia chegado ao seu menor valor, as demais variáveis incorriam no cenário mais negativo do ciclo econômico - piora no desempenho em relação ao ano anterior e tendência de decréscimo nos 12 meses. Embora crítico, o início da superação desse quadro macroeconômico se dá relativamente rápido e, já em 2016, com a nova desvalorização cambial, os movimentos internacionais favorecem a retomada da produção industrial. Ainda assim, a percepção do cenário restritivo é a mais grave dos quatro anos, ao impactar negativamente as empresas (pelas quedas no faturamento) e os trabalhadores, mediante um mercado laboral marcado pelo desemprego.

Atuando como indicador antecedente, que serve como sinalizador prévio do desempenho econômico, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), ainda em 2016, já retorna para a fase de prosperidade, indicando que a retomada do crescimento deveria se dar na sequência. Isso de fato ocorre, e 2017 é finalizado com uma situação muito distinta, marcada pela prosperidade e que, ainda que apoiada em crescimento reduzido, mostra uma tendência positiva em seu comportamento.

### DINÂMICA MACROECONÔMICA DE SANTA CATARINA NO PERÍODO 2014-2017



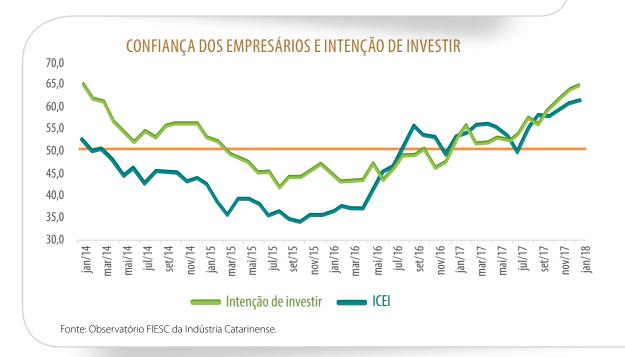
TENDÊNCIA EM 12 MESES





Para 2018, as expectativas são otimistas para a indústria. De acordo com o Relatório Focus do Banco Central, o crescimento estimado do PIB brasileiro superará 2% no ano, o que deverá vir acompanhado de uma ampliação ainda maior na produção industrial (próxima a 4%). Embora esse avanço não seja suficiente para recuperar as perdas ocorridas desde 2014, ele reflete a mudança das expectativas dos empresários e dos consumidores do estado.

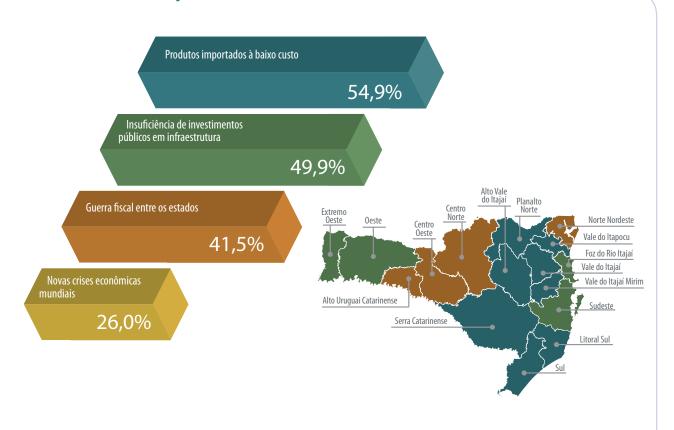
Para os trabalhadores², há uma tendência positiva quanto à percepção de sua qualidade de vida no último ano, com 46% deles acreditando que houve melhora e 42% afirmando que a situação está igual. A confiança da indústria, por outro lado, já entra em crescimento a partir do segundo trimestre de 2016, impactada pelas mudanças no cenário político; supera a linha de 50 pontos rapidamente e retorna, após mais de dois anos, a um cenário otimista. Como o ambiente, ainda nesse período, era marcado por muita instabilidade, o crescimento nas expectativas quanto à intenção de investir é menor, mas mostra mudança de sua trajetória de forma concomitante.



Diante da grande transformação processada em termos econômicos e políticos e da ampliação do otimismo, na expectativa de que a fase mais nefasta da crise já foi superada, os empresários percebem, nas condições do mercado, as principais ameaças à indústria. Ainda que os produtos do estado tenham sido reconhecidos por sua qualidade, a competição com bens de baixo custo advindos das importações, especialmente chinesas, é referenciada como um sinal negativo. Parte dessa perda de competitividade decorre dos custos logísticos, de modo que a insuficiência de investimentos públicos em infraestrutura ocupa a segunda posição entre as ameaças do setor. Além destes, benefícios fiscais oferecidos por outros estados podem provocar a fuga de empresas de Santa Catarina que, no agregado, é capaz de fazer com que a guerra por maiores subsídios ou por menor tributação vá de encontro ao setor como um todo, impactando sobremaneira a economia catarinense.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O resultado é baseado em uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Mapa entre 5 e 14 de março de 2018 com 327 trabalhadores em indústrias de grande, médio e pequeno porte dos principais segmentos e das 16 vice-presidências da FIESC. Seus resultados apresentam 95% de confiança, possuindo 5,4 pontos percentuais de margem de erro.

## PRINCIPAIS **AMEAÇAS** À INDÚSTRIA CATARINENSE

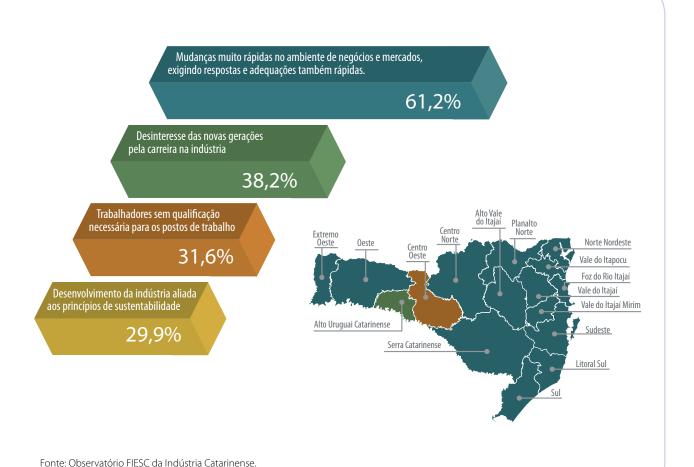


Fonte: Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Enfrentar as principais ameaças é uma forma de aumentar a competitividade da indústria e dirimir os constantes desafios pelos quais passa o setor. Dentre estes, a necessidade de adaptação às rápidas mudanças no ambiente de negócios, sejam elas decorrentes de alterações nas dinâmicas tecnológicas ou nos marcos jurídicos que regulam o mercado, é uma das grandes dificuldades enfrentadas. Adaptar-se a isso é ainda mais árduo em um espaço no qual os jovens não se sentem interessados a adentrar, de modo que a aderência entre a qualificação e as demandas do setor se tornam menores.

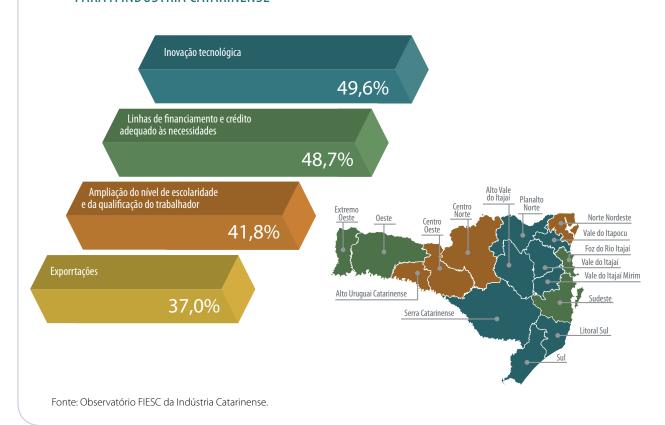


## PRINCIPAIS **DESAFIOS** DA INDÚSTRIA CATARINENSE

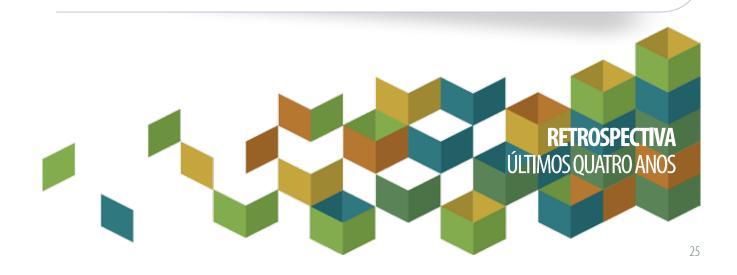


Ainda que desafiadoras, as rupturas e mudanças tecnológicas também despontam como as principais oportunidades de crescimento e desenvolvimento industrial no estado. Entretanto, para que elas se efetivem, torna-se necessário o reforço às linhas de financiamento e de crédito, que devem ser adequadas às demandas dos diferentes tipos de investimento e e prazos de maturação, refletindo-se nas condições creditícias à diversidade constante na atividade produtiva.

# PRINCIPAIS **OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO**PARA A INDÚSTRIA CATARINENSE



A percepção das oportunidades e dos desafios do setor, inserida no contexto das grandes mudanças dos últimos quatro anos, deixa evidente que a articulação entre a indústria e o setor público, nas suas distintas manifestações, é um elemento fundamental para que Santa Catarina recupere as perdas econômicas incorridas no período. Fazer do estado um espaço mais atrativo e competitivo ao segmento industrial não implica beneficiar apenas essa atividade, mas também promover o crescimento catarinense em todas as regiões e em todos os setores econômicos.



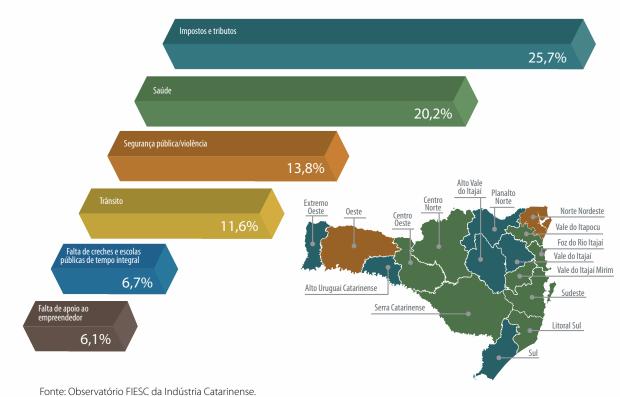


## AS PRIORIDADES CATARINENSES PARA O FUTURO

promoção do crescimento 9 do desenvolvimento econômico catarinense mescla diferentes áreas de atuação do governo, variando conforme o contexto conjuntural e com as necessidades estruturais prioritárias do estado. Embora diversas, as demandas da sociedade podem se aproximar quando passam a impactar coletivamente todos os setores econômicos, assumindo um caráter transversal.

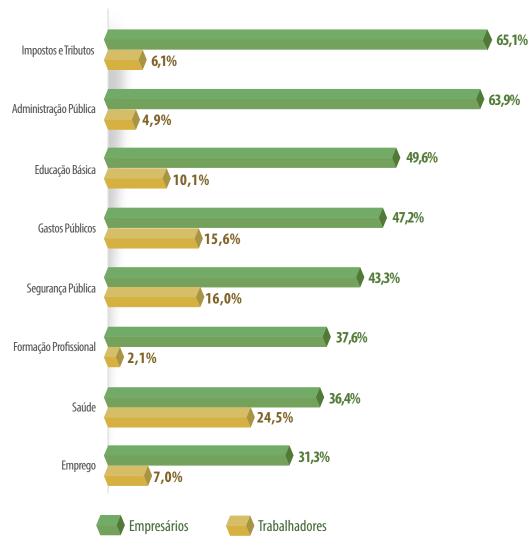
De acordo com os trabalhadores industriais catarinenses, os maiores problemas que afetam a qualidade de vida e o trabalho estão associados à excessiva carga tributária (ou à falta de adequação dos impostos diretos e indiretos em relação aos retornos sociais). Relacionada a isso, está a segunda área mais crítica, a saúde, especialmente na qualidade e na disponibilidade dos serviços públicos. Além desses itens, encontram-se a falta de segurança para o deslocamento, especialmente entre a moradia e o trabalho, o tempo gasto no transporte em decorrência das condições de trânsito, a falta de ensino às crianças e aos adolescentes em tempo integral (o que facilitaria a disponibilidade de tempo dedicado ao mercado de trabalho), bem como os baixos incentivos e a falta de apoio do governo para a abertura de novos negócios.

#### PROBLEMAS QUE MAIS AFETAM A QUALIDADE DE VIDA E DO TRABALHO



Diante do reconhecimento dessas dificuldades, não surpreende que a visão dos trabalhadores e dos empresários se volte a temas direta ou indiretamente associados aos impostos e tributos enquanto áreas de maior importância para o desenvolvimento catarinense. Para os empresários, esse item se configura no mais importante elemento para a promoção de crescimento, seguido por uma adequada administração pública, pela qualidade da educação básica e pelo controle dos gastos públicos. No caso dos trabalhadores, a percepção se encontra, além dos gastos excessivos do governo, na saúde e na segurança, seguidas pela educação básica.

### ÁREAS DE MAIS IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA



Fonte: Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Grande parte dessas temáticas estão incorporadas em dois eixos do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022 da CNI. Um deles corresponde ao **Ambiente de Negócios**, que abrange a Segurança Jurídica, o Ambiente Macroeconômico e a Eficiência do Estado, Governança e Desburocratização. Além dele, estão os **Custos de Produção**, que envolvem a Tributação e as Relações de Trabalho.



Sendo essas demandas nacionais, que passam principalmente pela ordem jurídica federal, a FIESC se alinha à indústria brasileira, na expectativa de que, superados os impeditivos que atuam de forma transversal, os objetivos aqui propostos possam ser alcançados. Desse modo, Santa Catarina terá ainda mais condições de avançar nos fatores estruturantes que conduzem a Carta da Indústria.

TEMAS
TRANSVERSAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO
CATARINENSE

## **AMBIENTE DE NEGÓCIOS**

A confiança legal na tomada de decisão empresarial passa pela clareza sobre as normas que regulam a organização social e econômica, bem como pela **estabilidade do marco regulatório**. Para isso, são temas prioritários da agenda nacional: a (i) previsibilidade e a qualidade das normas, a (ii) previsibilidade na aplicação destas e a (iii) redução da judicialização dos conflitos. No caso catarinense, somadas às demandas gerais do país em termos de segurança jurídica, reforça-se a necessidade de valorizar a estrutura política do Brasil, com a **valorização do pacto federativo como instrumento de desenvolvimento sustentável**.

A busca por mais estabilidade e previsibilidade também se constitui em prioridades do **ambiente macroeconômico**, especialmente com relação à recuperação e à garantia do equilíbrio fiscal. Tema de amplo debate ao longo da crise econômica e política, as evidências do **inchaço da máquina pública** forneceram estímulos para que a estrutura do estado fosse repensada, seja em termos da sua relação com o setor privado ou na forma como ele se posicionará diante dos desafios futuros. Em função disso, uma tríade de mudanças necessárias ganha força: a (1) **reforma política**, que poderá redefinir a funcionalidade do poder público e a qualidade da representação política; a (2) **reforma tributária** e a (3) **reforma previdenciária**, que juntas trarão impactos significativos sobre a estabilidade econômica de longo prazo.

A definição de uma estrutura legal compatível às exigências de uma menor máquina pública e que esteja alinhada aos desafios do futuro passam, entretanto, pela promoção da eficiência do estado, pela governança e pela desburocratização, conjuntamente à ampliação da transparência e ao fortalecimento dos mecanismos de combate à corrupção.

## **CUSTOS DE PRODUÇÃO**

A partir de medidas que priorizem a eficiência do gasto público em um contexto de melhoria da situação fiscal da máquina pública, a FIESC apoia as demandas nacionais com relação à tributação e às relações de trabalho. Para o primeiro caso, é possível validar uma agenda tributária que alie a **redução da carga de tributos** com a **qualidade do sistema**, promovendo **simplificação e transparência**. Essa desburocratização, com a redução dos custos de produção, promove impactos positivos na competitividade das empresas.

Em termos trabalhistas, a indústria brasileira se alinha à necessidade de modernizar as relações de trabalho, o que já teve início com da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, que criou uma oportunidade de aperfeiçoamento do mercado laboral, valorizando a negociação coletiva, adequando a legislação à realidade e reduzindo a litigiosidade. Entretanto, há muito para se fazer, especialmente na efetivação dos dispositivos previstos na referida lei, na redução dos excessivos encargos trabalhistas (especialmente pela via dos custos indiretos) e na regulamentação da proteção social do trabalhador (a partir do aprimoramento dos mecanismos que impactam de forma negativa a produtividade).

A partir da tributação e da coordenação de esforços do governo, pode-se desdobrar o direcionamento ideal dos incentivos fiscais. Conforme a percepção dos empresários catarinenses, estes devem se voltar especialmente às indústrias já estabelecidas, promovendo sua ampliação, sua modernização e seu desenvolvimento. Além disso, como temas específicos, o foco deve estar centrado nas empresas de menor porte (micro, pequenas e médias), na inovação de produtos ou negócios, bem como em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

#### DIRECIONAMENTO IDEAL DOS INCENTIVOS FISCAIS



A maneira como esses incentivos poderão se dar é diversa, mas a Carta da Indústria fornece alguns objetivos específicos e propostas de atuação governamental para que as demandas da indústria e da sociedade, em sua articulação com diferentes agentes econômicos, possam ser alcançadas, de modo a promover o desenvolvimento produtivo catarinense.







## POR QUE A **EDUCAÇÃO** COMO FATOR ESTRUTURANTE?

Os jovens, desde muito cedo, são desafiados a tomar decisões importantes sobre o futuro. Considerando interesses pessoais, crenças sobre o mundo e recompensas econômicas, escolhem seus caminhos a partir das oportunidades proporcionadas pela educação. De acordo com o Education at a Glance 2017, relatório divulgado pela OCDE, a maioria dos jovens e adultos em 2000 tinha o Ensino Médio como nível mais alto de qualificação. Quase duas décadas depois, embora o percentual de pessoas nesse grupo de escolaridade tenha se ampliado, esse indicador ainda gera preocupações, já que apenas um terço dos matriculados em cursos de Graduação consegue se formar.

No mercado de trabalho, tais escolhas se revertem em oportunidades: os trabalhadores com nível superior recebem retornos substanciaisà educação (56% a mais que aqueles com Ensino Médio), têm mais probabilidade de estarem empregados e de serem os primeiros a se recuperar nas recessões econômicas. Entretanto, os avanços tecnológicos têm imposto desafios adicionais à escolaridade mensurada nos termos tradicionais, já que a geração alpha, que concentra os profissionais do futuro, está mais integrada à tecnologia. Essa mudança provoca uma revolução no sistema de ensino-aprendizagem, que exige a adaptação dos modelos de aula às tecnologias educativas. Nas novas escolas, a tendência é que o foco deixe de ser o currículo e passe a ser o aluno, enquanto o professor se torna um mentor. Nesse caso, incrementa-se a criação de conhecimentos e habilidades relevantes para o mundo do trabalho, aproximando-se da educação integral, que desenvolve o ser humano por inteiro, em todos os aspectos da têm gerado uma preocupação com a necessidade de diminuição das lacunas entre as habilidades demandadas pelo setor, que avança para a Indústria 4.0, com aquelas que são desenvolvidas no sistema educacional. A redução dessa distância passa pela compreensão dos vínculos entre educação, treinamento técnico-profissional e novas exigências do mercado de trabalho, de modo que os profissionais do futuro estejam preparados para os desafios do amanhã, ao congregar uma formação que reúna conhecimentos tácitos, habilidades cognitivas e emocionais, bem como ensinamentos práticos.

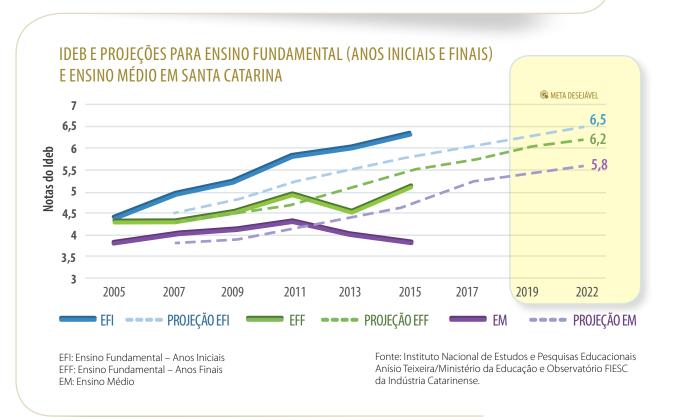
Promover a aderência entre as mudanças ocorridas na lógica técnico-produtiva e colocá-las como base para as transformações do sistema educacional é um grande desafio que, no país e em Santa Catarina, pode ser processado a partir de mudanças em curto prazo. Isso se dá porque, antes das grandes alterações, é necessário avançar em problemas ainda não solucionados, como na ampliação do atendimento escolar e na capacidade de proporcionar uma educação adequada. A qualidade e a amplitude da oferta educacional são particularmente importantes, pois fazem da educação gerada o alicerce para a futura aprendizagem e para o mercado de trabalho. De modo contrário, o acesso desigual leva a diferenças de oportunidades entre as crianças e os jovens, podendo reduzir o potencial dos alunos frente às habilidades para o futuro e, por essa via, limitando as capacidades de crescimento do estado.





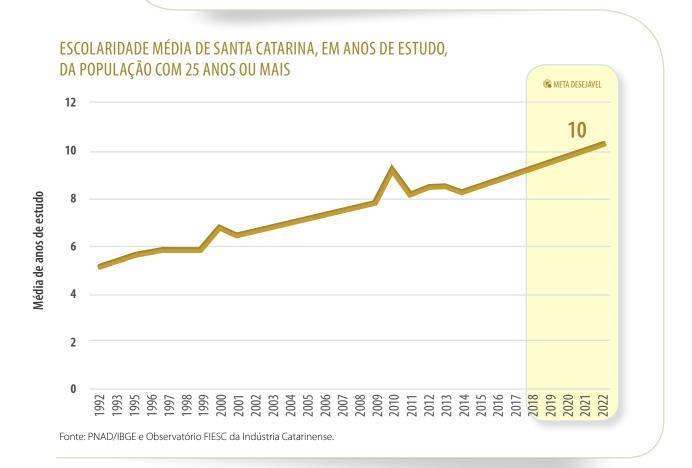
Oferecer acesso à educação para todas as crianças e jovens é um grande desafio, que se soma à necessidade de fazer com que essa educação seja de qualidade. Na Constituição Federal de 1988, esses itens são destacados, com o objetivo de formar cidadãos preparados para o mundo do trabalho. Paralelo a isso, o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina para o decênio 2015 – 2024 instituiu, em sua Meta 7, a seguinte diretriz: "fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias projetadas até 2024".

A partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um indicador que combina fluxo escolar com desempenho médio em língua portuguesa e matemática (considerando os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb), muito se tem a avançar no estado em termos do nível de aprendizado e da aquisição de conhecimentos: nos últimos anos, a evolução do Ideb catarinense não tem sido satisfatória, embora o crescimento tenha se dado de forma contínua nos anos iniciais doFundamental. A fim de que essa tendência de avanço se generalize, revertendo as perdas já incorridas, a meta desejável para 2022 é que o estado atinja os valores de 6,5, 6,2 e 5,6 para Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais - e Ensino Médio, respectivamente.





A complexidade do sistema educacional revela que a escolaridade média influencia o desenvolvimento econômico, mas este também impacta o desempenho educacional. Prova disso é que o indicador de escolaridade média, calculado a partir da média ponderada da faixa de escolarização para a população de 25 anos ou mais, tem relação direta com o crescimento. Para 2022, a expectativa é que sejam atingidos, como média de estudo, 10 anos, valor superior aos 8,2 observados em 2014.

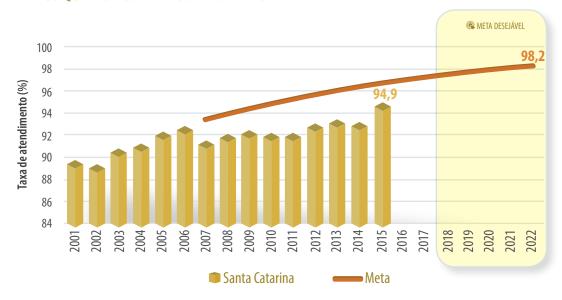




Para que a melhora da qualidade educacional se dê de forma inclusiva, é necessário que todas as crianças em idade escolar (dos quatro aos 17 anos) se encontrem efetivamente matriculadas. Embora a obrigatoriedade se inicie aos seis anos, estimular a educação na primeira infância pode gerar retornos positivos sobre a vida profissional, tese defendida por James Heckman, prêmio Nobel em Economia. O desenvolvimento cerebral em crianças entre entre zero e cinco anos é mais maleável, pois o ritmo de aprendizado é mais intenso, permitindo lapidar habilidades sociais e cognitivas.

Em Santa Catarina, a taxa de atendimento (que representa o percentual de crianças em idade escolar que estão matriculadas) segue uma tendência de crescimento, embora com alguns reveses. Para 2022, ao seguir as metas 1, 2 e 3 do Plano Estadual de Educação, espera-se que haja a quase universalização do ensino para a faixa de quatro a 17 anos, alcançando 98,2% das crianças e dos jovens matriculados.

## TAXA DE ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS E JOVENS MATRICULADOS DOS OUATRO AOS 17 ANOS EM SANTA CATARINA



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



**OBJETIVO:** 



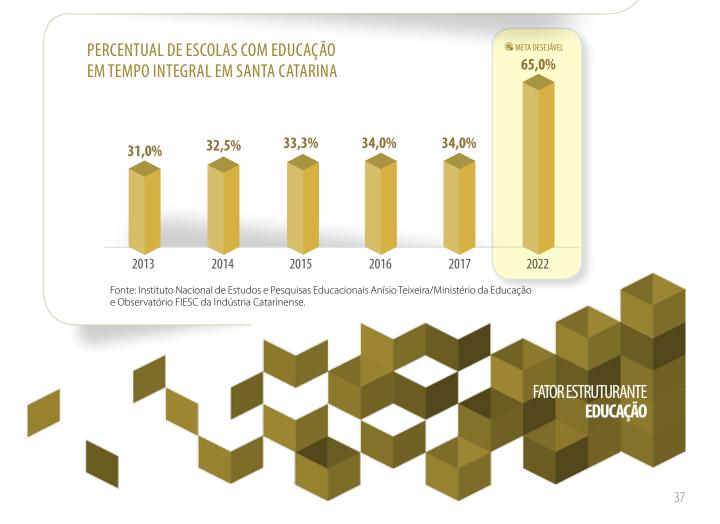
# Estrutura e organização escolar

Desenvolver um ambiente escolar integrado e mais adequado às exigências futuras do mercado de trabalho

A Educação Integral compreende a formação completa dos estudantes, garantindo o seu desenvolvimento nos campos intelectual, físico, emocional, social e cultural, em uma dimensão contemporânea, reconhecendo a singularidade dos sujeitos e o direito a aprendizagens diferenciadas. Assim, ela não se refere ao tempo de permanência do estudante na escola, e sim ao propósito da educação que se oferece a ele, além do acesso aos conteúdos, conceitos e procedimentos relacionados aos campos curriculares.

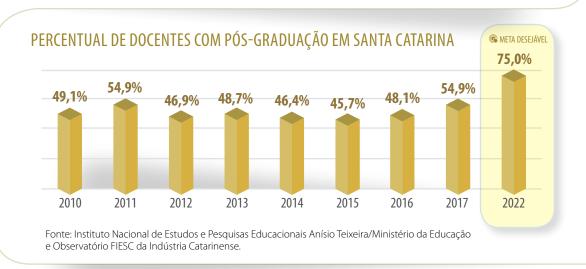
No caso das políticas de educação em tempo integral, visa-se aprimorar o desempenho médio dos alunos da Educação Básica, indo ao encontro de correlações positivas comprovadas por estudos recentes sobre os determinantes da aprendizagem: crianças e jovens que estudam em tempo integral, ao finalizarem o ciclo de estudos, apresentam desempenho médio superior aos que não frequentaram. Essa diferença poderá ser refletida, futuramente, na produtividade do trabalho.

Com trajetória média de um terço das escolas catarinenses ofertando alguma turma de educação em tempo integral, o crescimento médio anual leva a crer que, em 2022, cerca de 38,5% das escolas possuirão essa forma de ensino. Entretanto, a partir da Meta 6 do Plano Estadual de Educação, o valor desejável para 2024 é de 65%, o que exigirá, ao longo dos próximos anos, uma forte política de incentivo e de priorização da temática.



Desenvolver um ambiente escolar mais adequado às exigências futuras do mundo do trabalho também passa pelo nível de formação dos professores, atuando positivamente sobre o desempenho dos alunos. Isso se dá porque o impacto da mudança de escolaridade dos docentes implica a qualidade dos professores, bem como promove resultados positivos na remuneração e na redução da rotatividade.

Em Santa Catarina, somente 55% dos docentes da Educação Básica possuem Pósgraduação. A meta 16 do Plano Estadual de Educação pretende aumentar esse valor em 20 pontos percentuais, de modo a atingir, em 2024, 75% dos professores, assumindo-se aqui o mesmo valor para 2022. Entretanto, para alcançar essa representação, é necessário um grande esforço por parte do poder público já que, desde 2010, o crescimento foi de 1,7% ao ano, muito aquém do necessário para que o objetivo seja atendido.



É preciso que a gestão escolar também seja de qualidade. Ao considerar a composição dos gestores por escolaridade, observa-se um crescimento significativo daqueles com pelo menos algum tipo de Pós-graduação, seja do tipo *stricto sensu* ou *lato sensu*, tendo passado de 17% em 2011 para 95% em 2015. A maior qualificação se alinha ao modelo de Gestão Escolar de Santa Catarina, beneficiando-se do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, implementado no estado em 2012, que oferece cursos de aperfeiçoamento e especialização na modalidade a distância, com duração máxima de 18 meses. Manter a participação de 95% dos gestores com pós-graduação se torna, assim, uma meta desejável para 2022.



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



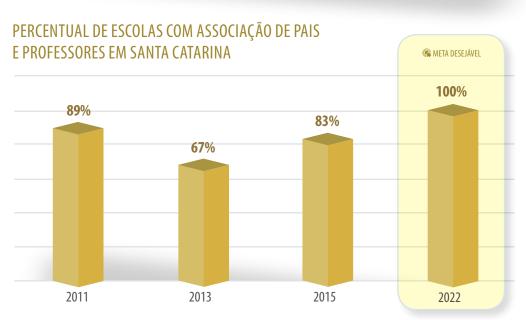
**OBJETIVO:** 



Estrutura e organização escolar

# Estimular a criação e desenvolvimento das APPs

Dado que os pais ou responsáveis não devem transferir completamente para a escola a responsabilidade pela educação e formação cidadã das crianças, pois o background familiar é um dos responsáveis pelo desempenho educacional, a falta de acompanhamento e apoio aos filhos no processo de aprendizagem se constitui um dos grandes entraves ao pleno desenvolvimento do aluno. Estimulando esse relacionamento, Santa Catarina celebra o Dia da Família na Escola, uma iniciativa que surgiu na FIESC, no conselho de Governança do Movimento Santa Catarina pela Educação, e que foi instituído por lei, de modo que a participação ativa e contínua pode se dar a partir da Associação de Pais e Professores (APPs). Alinhado à Meta 18 do Plano Estadual de Educação, o objetivo é universalizar a presença de APPs nas escolas até 2024, constituindo-se previamente um objetivo desejável para 2022.



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



OBJETIVO:



Tecnologia e Ensino Técnico

Fazer da tecnologia parte do processo de aprendizagem

Em Santa Catarina, há forte influência da infraestrutura escolar (laboratório de informática, biblioteca, número de salas de aula e de computadores para alunos) sobre o desempenho dos alunos. Em 2013, havia mais de 77 mil microcomputadores nas escolas do estado, valor que cai para pouco mais de 68 mil em 2017, o que representa também um decréscimo na participação das escolas que têm essa ferramenta disponível aos alunos (passando de 47,5% dos estabelecimentos para 41,2%). Como cada computador adicional incrementa a nota do SAEB em 0,13 pontos, ele assume uma política ativa de aprendizagem e de ampliação da qualidade educacional. Desse modo, em 2022, a meta desejável é que a representatividade volte a se ampliar, com metade das instituições escolares possuindo pelo menos um computador destinado aos alunos.

# PERCENTUAL DE ESCOLAS COM MICROCOMPUTADOR PARA OS ALUNOS

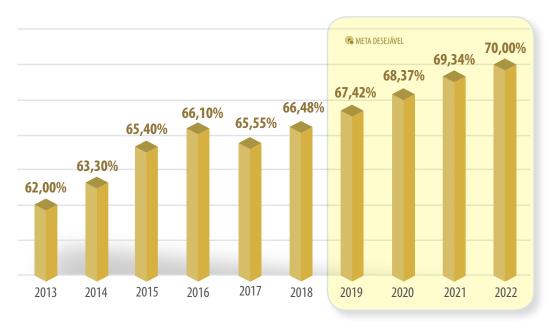


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação.



Além do equipamento em si, ter computador com acesso à internet, seja em casa ou na escola, mostra impactos significativos sobre o desempenho escolar. A nova geração, mais integrada à tecnologia, pode se utilizar de ferramentas didáticas inovadoras para alcançar melhores resultados educacionais, o que também demanda a possibilidade de atualização das habilidades e dos conhecimentos do corpo docente, de modo a acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Com vistas a avançar nesse sentido, as instituições de ensino catarinenses têm passado por um crescimento na incorporação de computadores com acesso à internet, já representando, em 2017, 65,6% de escolas nessa condição. Para 2022, a meta desejável é que a expansão continue ocorrente e alcance 70% dos estabelecimentos de Ensino Básico.

# PERCENTUAL DE ESCOLAS COM ACESSO À INTERNET PARA OS ALUNOS



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



OBJETIVO:



Tecnologia e Ensino Técnico

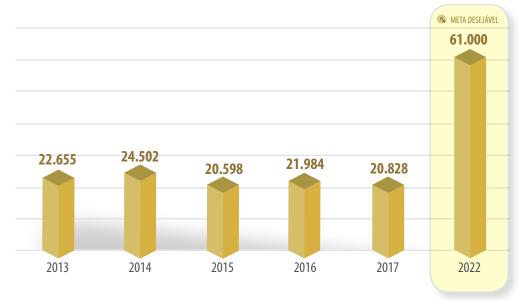
Ampliar a formação técnica e profissional

Com a expectativa de crescimento dos empregos, a capacitação dos trabalhadores necessita acompanhar as novas demandas do mercado laboral. A fim de garantir que o maior número possível de jovens esteja preparado para se inserir na força produtiva de modo adequado às exigências das mudanças tecnológicas, oEnsino Técnico se torna uma importante estratégia de qualificação: a formação técnica e vocacional promove vantagens quanto às remunerações (já que cada ano a mais de estudo no nível técnico gera um incremento de R\$ 519 à renda média) e ao conhecimento adquirido e reconhecimento pelo mercado de trabalho.

Quando da elaboração do Plano Estadual de Educação, a Meta 11 foi definida tendo por objetivo triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio até 2022. Nos últimos anos, entretanto, o desempenho desse indicador tem sido bastante errático mas, seguindo os objetivos estaduais e conscientes da importância que esse tipo de aprendizagem pode fornecer à produtividade industrial, a meta desejável até o fim do próximo ciclo eleitoral é que haja uma tendência de crescimento, chegando a 61 mil matrículas.

Uma das medidas que deve favorecer o atingimento dessa meta é a reforma do Ensino Médio, estabelecida na Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que inclui como um dos itinerários formativos o eixo formação técnica e profissional. O Sistema S pode ser parceiro na execução da oferta, por ser referência nessa modalidade.





Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



**OBJETIVO:** 



Tecnologia e Ensino Técnico

Ampliar a escolaridade de jovens e adultos

O ambiente familiar impacta o desempenho educacional, em particular quando se fala da escolaridade dos pais. O fato de eles não contribuírem com a educação integral dos filhos pode se refletir no desempenho e nas menores possibilidades de escolarização das crianças. Prova disso é que a chance de um filho de pais analfabetos concluir o Ensino Superior é de 0,6%, subindo para 60% caso eles tenham concluído a Graduação.

Deste modo, o treinamento e as oportunidades de aprendizado na idade adulta se tornam um elemento estratégico do segmento educacional, já que implicam melhorias no *background* familiar (que, ao impactar no desempenho educacional das novas gerações, amplia as possibilidades do mercado de trabalho futuro) e possibilitam o avanço da produtividade dos pais enquanto trabalhadores. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) atua neste sentido e, nos últimos três anos, teve um crescimento significativo em Santa Catarina, atingindo 76 mil matrículas. Destas, entretanto, apenas 0,1% consistiam de EJA profissional, que valida as habilidades dos trabalhadores no seu ambiente de trabalho.

De acordo com a Meta 10 do Plano Estadual de Educação, para 2024, o objetivo é de que haja, no mínimo, 10% das matrículas de EJA na modalidade educação profissional. Fortalecendo esse intento, a meta desejável para 2022 é que o estado atinja essa proporção ainda em 2022.



# PERCENTUAL DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM EJA



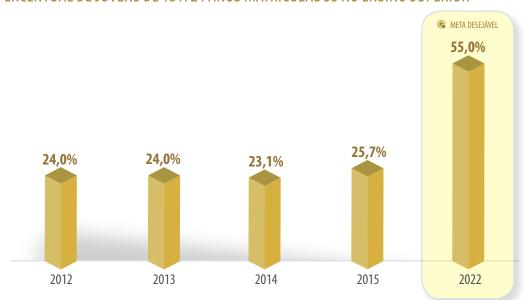
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Além do Ensino Básico e Técnico, os avanços do estado podem se processar em termos de escolaridade superior de modo que, no futuro, modifique-se a composição dos empregos catarinenses (atualmente, na indústria, apenas 9,6% dos trabalhadores possuem Ensino Superior). O reforço a políticas que contribuam nesse sentido vem da percepção da educação para o desenvolvimento enquanto estratégia, pois remete à formação de pessoas aptas a participar da força de trabalho, além de aumentar a renda, ampliar o bem-estar social e conferir um padrão de vida melhor à população.



Em 2015, 25,7% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos estavam matriculados no Ensino Superior em Santa Catarina, o que indica a possibilidade de que três em cada quatro pessoas nessa faixa etária ainda possam ser incorporadas às universidades. De acordo com a Meta 12 do Plano Estadual de Educação, o objetivo é que, em 2024, essa representação passe para 55%, valor ousado considerando o desempenho recente. Entretanto, reafirma-se a necessidade de que avancemos na formação dos jovens, de modo que fazer com que metade deles esteja matriculada em cursos universitários acaba se tornando também uma meta desejável da FIESC para 2022.

# PERCENTUAL DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.





# TEMAS PRIORITÁRIOS

# 4

# Qualidade do ensino



Melhorar a qualidade da Educação Básica em todo o estado

# M INDICADOR

Notas do Ideb

# META DESEJÁVEL

EFI: 6,5

EFF: 6,2

EM: 5,6

# M INDICADOR

Anos de estudo da população de 25 anos ou mais

## @ META DESEJÁVEL

Média de 10 anos de estudo

### M INDICADOR

Taxa de atendimento

# @ META DESEJÁVEL

98,2%

das crianças e jovens de 4 a 17 anos matriculados

**EFI:** Ensino Fundamental – Anos Iniciais

**EFF:** Ensino Fundamental – Anos Finais

EM: Ensino Médio

**APP:** Associação de Pais e Professores **EJA:** Educação de Jovens e Adultos

# Estrutura e organização escolar



Desenvolver um ambiente escolar integrado e mais adequado às exigências futuras do mercado de trabalho

# M INDICADOR

Percentual de escolas com educação em tempo integral

# **META DESEJÁVEL**

65% das escolas

### **INDICADOR**

Nível de formação dos professores da Educação Básica

# **META DESEJÁVEL**

75% dos professores de Educação Básica com Pós-graduação

# M INDICADOR

Nível de formação dos gestores escolares

# **@** META DESEJÁVEL

Manter a composição atual dos gestores de educação básica com Pós-gradução



Estimular a criação e desenvolvimento das APPs

### M INDICADOR

Percentual de escolas com APPs

# **META DESEJÁVEL**

100% das escolas

# Tecnologia e Ensino Técnico



Fazer da tecnologia parte do processo de aprendizagem

### **ANDICADOR**

Percentual de escolas com microcomputador para alunos

# **META DESEJÁVEL**

50% das escolas

# 

Percentual de escolas com acesso à internet

# @ META DESEJÁVEL

70% das escolas



Ampliar a formação técnica e profissional

### M INDICADOR

Matrículas de educação profissional técnica de nível médio

# **META DESEJÁVEL**

61 mil



Ampliar a escolaridade de jovens e adultos

# M INDICADOR

Matrículas de EJA na forma de educação profissional

# **META DESEJÁVEL**

10% das matrículas totais de EJA

## M INDICADOR

Percentual de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior

### **@** META DESEJÁVEL

55%





# POR QUE O CAPITAL HUMANO COMO FATOR ESTRUTURANTE?

As transformações recentes da sociedade frente às mudanças nos processos tecnológicos refletem as inter-relações sociais traçadas pela globalização. Ao mesmo tempo em que há interdependência entre os atores, há sujeição de seu comportamento aos ditames do novo cenário, de modo que serão grandes os impactos na força de trabalho e na sua necessidade em desenvolver novas habilidades, apoiadas em demandas emergentes. O capital humano, que compreende o conjunto de aptidões decorrentes da interação entre aspectos psicológicos, ambientais, culturais e educacionais, assume, assim, um papel ainda mais fundamental.

Ao possibilitar a criação de valor, o capital humano é o principal responsável pelo aumento da produtividade dos trabalhadores, influenciando sobremaneira o nível de competitividade das empresas e, portanto, as possibilidades de crescimento econômico. Entretanto, os impactos positivos dependerão de um processo contínuo de aperfeiçoamento e aprendizagem, já que será crescente a defasagem do conhecimento adquirido e de sua aplicabilidade a partir da formação. Para além do número de vagas, as mudanças mais significativas estarão nas competências laborais a serem demandadas.

Somada à qualificação formal e técnica, ampliase, portanto, a exigência frente a aptidões pessoais na execução de múltiplas tarefas. A expectativa é que ocorra um forte crescimento da demanda por habilidades cognitivas e básicas de conteúdo, como a aprendizagem ativa e a alfabetização em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Além destas, espera-se o crescimento de competências práticas, que hoje não são percebidas como

essenciais ao trabalho. Neste sentido, para que haja uma oferta qualificada às novas exigências da revolução em andamento, tornase premente o desenvolvimento de um ensino inclusivo e de alta qualidade.

A fim de enfrentar esses desafios, as empresas farão parte da mudança trazendo para seus modelos de negócio a necessidade de realizar estratégias inovadoras junto a seus colaboradores. Entre as medidas previstas está a aproximação com o setor educacional de forma mais ativa, especialmente a partir de investimentos na requalificação dos trabalhadores atuais. Entretanto, a readequação tem seus limites quando praticada apenas pela iniciativa privada, necessitando que ocorra de forma conjunta com o governo.

Uma das soluções para as necessidades de readequação é perceber que a aprendizagem deve ocorrer continuamente e ao longo de toda a vida. Neste sentido, o setor público e as empresas têm muitas oportunidades de garantir que os indivíduos tenham tempo, motivação e meios para se dedicarem à reciclagem profissional. Sob esta ótica, não existe um modelo que satisfaça às novas necessidades, até porque ele também passa pelo despertar dos jovens para essa realidade em transformação. Entretanto, é crível dizer que o aumento da produtividade, apoiado na ampliação do capital humano, reinventará os tradicionais fatores de produção, de modo que o conhecimento deverá ditar ainda mais o ritmo de crescimento da economia.





**QUER CHEGAR?** O capital humano, enquanto fator estruturante, tende a promover um duplo impacto. De um lado, reflete-se em um aumento significativo na capacidade industrial, principalmente nos aspectos relacionados à produtividade e à inovação; de outro, esses ganhos se transferem aos trabalhadores por meio da ampliação da remuneração. Neste sentido, para que o estado possa se beneficiar das vantagens associadas à ampliação do capital humano, dois temas se tornam prioritários: a qualificação dos trabalhadores e a empregabilidade no setor industrial.

TEMA PRIORITÁRIO 1:

**OBJETIVO:** 



ONDE

**ESTÁ E AONDE** 

Empregabilidade no setor industrial

Inserir jovens talentos na indústria

O número de jovens empregados na indústria vem caindo constantemente desde 2006. Em 2016, a representatividade desse grupo foi de 20,2%, resultado bastante inferior aos 27,9% do início da série. Retornar aos 28% até 2022 é uma meta desafiadora, de modo que é premente a criação de incentivos e políticas voltadas à reversão dessa tendência, especialmente porque os novos talentos, ao serem incorporados no setor industrial, fazem da sua qualificação um instrumento ativo de promoção da competitividade e de aproveitamento das novas tecnologias.



Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



**OBJETIVO:** 



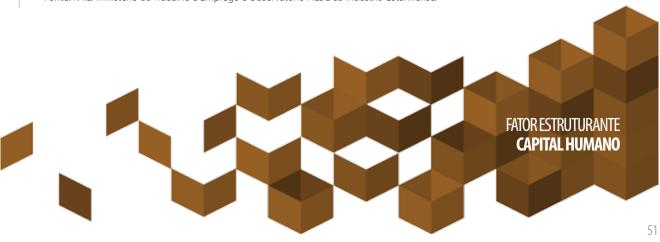
# Empregabilidade no setor industrial

Elevar o percentual de trabalhadores empregados no setor industrial

A crise econômica dos últimos anos interrompeu a tendência de crescimento do número de trabalhadores na indústria. Em termos relativos, entretanto, o setor tem sua participação reduzida no montante de empregos de Santa Catarina desde 2006, acompanhando o perfil desindustrializante do país. No início da série, a representação dos postos de trabalho industriais é de 37,2%, atingindo o valor máximo de 38% em 2007. A partir daí, há decréscimos gradativos, chegando a 33,9% em 2016. Retomar sua presença nos empregos, especialmente ao nível de 2007, passa pela possibilidade de que, no setor, as oportunidades de aprendizagem e crescimento profissional são significativas. Embora seja uma meta industrial, conta com importantes ações que passam pelo governo do estado.



Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



# ONDE SANTA CATARINA ESTÁ E AONDE QUER CHEGAR?

TEMA PRIORITÁRIO 2:

**OBJETIVO:** 



Qualificação do trabalhador Elevar o percentual de trabalhadores com escolaridade básica na indústria

A escolaridade básica é um indicador de qualificação no qual considera que o indivíduo possui, pelo menos, o Ensino Médio completo. Em 2006, 36,5% dos trabalhadores industriais podiam ser assim classificados e, dez anos depois, esse indicador teve ampliação de 22,8 pontos percentuais (alcançando 59,3%), um aumento médio de 6,3% ao ano. Seguindo essa tendência, o estado atingirá a meta de 68% de trabalhadores com escolaridade básica já em 2019, sendo desejável que, em 2022, o valor efetivamente alcançado seja este ou próximo disso.





OBJETIVO:



Qualificação do trabalhador

Elevar o percentual de trabalhadores com escolaridade técnica ou superior

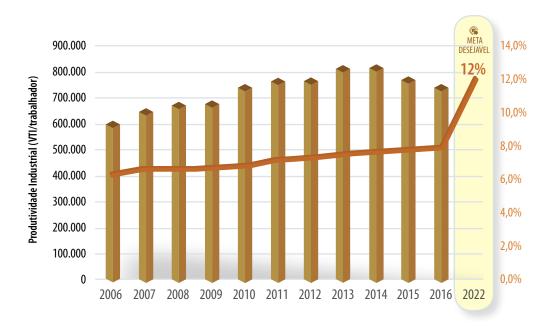
Um mercado laboral constituído por trabalhadores com curso superior e formação compatível com a função é uma realidade que a indústria catarinense almeja para os próximos anos. Entretanto, para que o estado atinja elevados níveis de produtividade, a velocidade com que ocorrem essas capacitações se torna um elemento importante. No caso da qualificação universitária, não obstante o aumento ocasionado entre 2015 e 2016, quando os trabalhadores da indústria com essa formação passaram de 7,5% para 9,7%, a média de aumento foi, no período 2006-2016, de 10,6% ao ano. Seguindo a tendência de crescimento, a meta desejável é que o estado alcance 11% dos trabalhadores industriais com curso superior em 2022, valor que, confrontado com a ampliação já observada, poderia ser alcançado em 2018.





O número de trabalhadores com Ensino Técnico na indústria cresceu 26,4% nos últimos dez anos, embora em termos de participação percentual no montante total de postos de trabalho o crescimento tenha sido modesto, de 1,85 pontos percentuais. Assim, em 2016, apenas 7,9% dos empregados industriais possuíam formação técnica.

# PERCENTUAL DE TRABALHADORES INDUSTRIAIS COM ENSINO TÉCNICO



Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

A meta desejável para 2022, considerando a média de crescimento de 2,64% dos últimos dez anos, é ousada, mas ainda assim está aquém do percentual de trabalhadores industriais com Ensino Técnico dos países desenvolvidos. A ampliação para 12% no caso catarinense é possível a partir de estímulos para essa forma de capacitação e, dado o alinhamento entre a formação e as demandas do setor, os ganhos se refletem em toda a economia, com ampliação da produtividade e da competitividade.



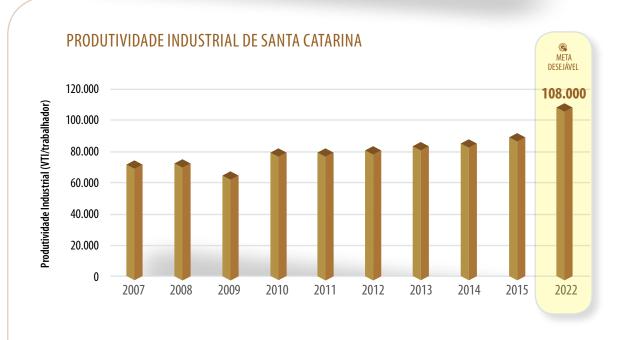
OBJETIVO:



# Qualificação do trabalhador

Elevar a produtividade do setor industrial por meio da qualificação dos trabalhadores

A produtividade do setor industrial pode ser medida pela razão do valor da transformação e o número de trabalhadores, dando um indicativo da riqueza gerada no setor por pessoa empregada. Em Santa Catarina, não obstante a retração observada em 2009, há uma tendência de crescimento da variável nos últimos dez anos que, em 2015, chegou a mais de R\$ 88 mil por trabalhador. Considerando que a qualificação profissional e os incrementos de capital humano podem se configurar na ampliação do valor do que é produzido, já que mais capacitação permite ganhos significativos em inovação, a meta desejável é que, em 2022, chega-se a uma produtividade de R\$ 108 mil/trabalhador.



Fonte: Pesquisa Industrial Anual/IBGE e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.







# Empregabilidade no setor industrial

# Qualificação do trabalhador



Inserir jovens talentos na indústria

# **INDICADOR**

Percentual de jovens empregados no mercado de trabalho industrial

**@** META DESEJÁVEL

28%



Elevar o percentual de trabalhadores empregados no setor industrial

## **INDICADOR**

Percentual de trabalhadores empregados no setor industrial

**@** META DESEJÁVEL

38%



Elevar o percentual de trabalhadores com escolaridade básica na indústria

### **INDICADOR**

Percentual de trabalhadores com escolaridade básica completa

# **@ META DESEJÁVEL**

68%



Elevar a produtividade do setor industrial por meio da qualificação dos trabalhadores

# **INDICADOR**

Produtividade industrial (valor da transformação industrial/número de trabalhadores)

# META DESEJÁVEL

R\$ 108 mil/trabalhador



Elevar o percentual de trabalhadores com escolaridade técnica ou superior

### **INDICADOR**

Percentual de trabalhadores com formação técnica ou superior

# **@** META DESEJÁVEL

11% com Ensino Superior 12% com Ensino Técnico









# POR QUE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO COMO FATOR ESTRUTURANTE?

A inovação é reconhecida como um dos principais fatores de crescimento sustentável de longo prazo, tanto no âmbito individual quanto na ótica produtiva. De um lado, as vidas das pessoas são afetadas por novas tecnologias que facilitam e modificam a comunicação, a mobilidade e a forma de trabalho. De outro, especificamente na indústria, tais mudanças tecnológicas têm diretamente impactado os processos de produção, tornando-os mais eficientes e, desse modo, ampliando a competitividade dos países, concomitantemente à redução da vulnerabilidade às flutuações do mercado.

A 10<sup>a</sup> edição do Índice Global de Inovação (GII, 2017), ao mensurar a capacidade e o desempenho nessa temática de 127 economias que representam 92,5% da população mundial e 97,5% do PIB global, apresenta conclusões sobre o cenário atual que corroboram a formulação de políticas públicas voltadas aos contextos nacionais de inovação e aos parâmetros internacionais, tendo por objetivo impulsionar o crescimento quiado pela ampliação tecnológica. Do total de países estudados, o Brasil se encontra em uma posição intermediária, mantendo-se no 69º lugar. Esse desempenho está associado à necessidade premente de se adotar, internamente, mais estímulos à inovação para auxiliar a retomada econômica, em que são necessários esforços contínuos no sentido de melhorar os investimentos e coordenar os sistemas de inovação. Além disso, é preciso ampliar a cooperação regional em P&D e inovação, integração esta que é quase inexistente quando comparada a outras regiões do mundo identificadas como tecnologicamente bem-sucedidas.

Nacionalmente, a inovação consiste em um dos 10 pilares estratégicos para o desenvolvimento mensurado pelo Ranking de Competitividade dos Estados. Nessa classificação, Santa Catarina tem continuamente se destacado, assumindo a segunda posição no índice geral, atrás apenas de São Paulo. Especificamente para a atividade inovativa, fica com o terceiro lugar, puxado por Florianópolis, que foi

eleita a melhor cidade para a geração de negócios de alto impacto. O desempenho catarinense contribui, assim, para que o Brasil alcance melhores resultados do que os observados em países com mercados internos próximos (como México e Turquia) ou frente a economias em desenvolvimento com alta performance, como o Chile.

Ao focar no futuro da indústria, os desafios da inovação estão atrelados ao desenvolvimento da manufatura avançada, que se constitui em uma oportunidade para o estado se tornar ainda mais produtivo mediante tecnologias digitais. A chamada Indústria 4.0 vem transformando a produção industrial com novos processos, produtos e modelos de negócios, tornando gradualmente obsoletos os sistemas convencionais de produção, ao mesmo tempo em que permite mais eficiência e ganhos de produtividade. Os desafios diante dessas mudanças impactarão o setor privado e público, sendo premente a necessidade de adaptação às novas estruturas, já em andamento nas principais nações industrializadas. A promoção de políticas industriais atentas ao cenário de transformação tecnológica permitirá que, ao colocar a inovação no centro das estratégias econômicas, se dará o esperado salto de produtividade, cada vez mais necessário para minimizar a distância frente aos países tecnologicamente mais avançados e desenvolvidos.

Ao direcionar o olhar para a manufatura avançada, deve-se compreender que ela não consiste apenas na adoção de novas tecnologias, como inteligência artificial e big data, mas também na qualificação dos profissionais que programarão máquinas complexas, implantar novos processos e, principalmente, tomar decisões embasadas e em tempo real. Apoiandose na retomada do crescimento nos próximos anos, o momento atual propicia a oportunidade de tornar o setor industrial mais produtivo e inovador, inserindo Santa Catarina nas cadeias globais de valor e promovendo efeitos positivos para o desenvolvimento econômico e social do estado e do país.





O alinhamento das necessidades da indústria com os programas de pesquisa passa pela promoção da integração entre o setor, a academia e as instituições públicas. Dessa aproximação também emerge a possibilidade de adensar a cadeia produtiva, tema prioritário para o desenvolvimento de mercado, bem como para a criação de condições favoráveis ao avanço em P&D. Da colusão desses objetivos, adota-se novamente como indicador o percentual de grupos de pesquisa que possuem relação com empresas, sendo a meta desejável para 2022 de 42%. Avançar nessa forma de relacionamento se constitui um desafio para a mudança qualitativa da estrutura produtiva.



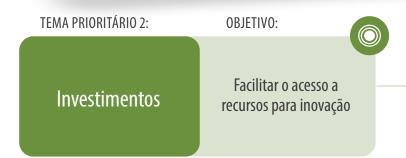
O conhecimento constituído nas universidades, para além do relacionamento com as empresas, promove a formação de profissionais altamente capacitados para pensar muitos dos gargalos que são observados na atividade produtiva. Entretanto, para que isso realmente se efetive, é necessário que esse grupo – especialmente de mestres e doutores – seja incorporado aos trabalhadores da indústria. Entre 2008 e 2016, o número de empregados industriais com essa faixa de escolaridade cresceu exatos 113%, passando de 308 para 656 trabalhadores. Em termos relativos, o peso dessa força de trabalho avançou de 0,05% para 0,09% nesses oito anos, ampliação de 94,5%. A meta desejável para 2022 é que o grupo mais escolarizado continue ganhando força, chegando a 0,18% dos trabalhadores industriais.



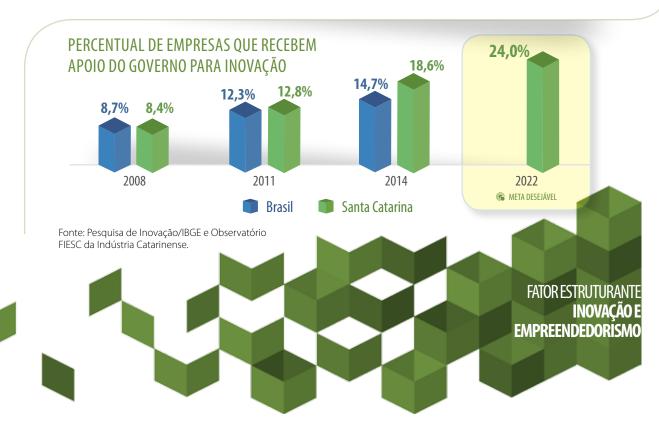




Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



O acesso facilitado a recursos para a inovação, representado pelo percentual de empresas que receberam apoio do governo para inovar, vem, em Santa Catarina, aumentando a taxas crescentes. Em 2008, 8,7% dos estabelecimentos industriais estavam nesse grupo, valor abaixo da média nacional; em 2014, passou para 18,6% e ultrapassou a relação brasileira, posicionando-se como terceiro maior estado com empresas inovadoras apoiadas pela esfera governamental (atrás do Rio Grande do Sul, com 22,3%, e do Amazonas, com 18,8%). Para 2022, a meta desejável inclui a ampliação da relação da indústria com o setor público, de modo a abarcar 24% das empresas que implementam a inovação, constituindo-se em um reflexo positivo de políticas industriais orientadas para adequar o setor produtivo às novas demandas do mercado.



OBJETIVO:



**Investimentos** 

Incentivar investimentos em P&D

Os investimentos em P&D, como destacado anteriormente, promovem impactos significativos sobre a economia, além de permitirem que as mudanças tecnológicas daí resultantes possam ser incorporadas na estrutura produtiva. Nesse sentido, incentivar as empresas a investirem em P&D, bem como apoiá-las nesse processo, são elementos essenciais para o crescimento industrial catarinense, de modo que a meta desejável para 2022 é de que 56% das indústrias realizem dispêndios nas atividades internas de inovação.



Fonte: Pesquisa de Inovação/IBGE e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

TEMA PRIORITÁRIO 3:

**OBJETIVO:** 

Empreendedorismo e competitividade

Incentivar o empreendedorismo e a cultura de inovação nas empresas

O incentivo ao empreendedorismo e à cultura da inovação é um ponto-chave para a competitividade das empresas, podendo se refletir no percentual das receitas gastas em atividades inovativas. Enquanto a representação dos dispêndios em inovação no faturamento caiu no país entre 2008 e 2014, em Santa Catarina houve um comportamento anômalo, com ampliação até 2011, seguida de um decréscimo que posiciona o estado abaixo da média nacional e na 12ª colocação quando comparado às demais unidades federativas. Sem instrumentos adequados para o fornecimento de crédito, esse indicador implica um resultado negativo, já que, para as empresas avançarem endogenamente em termos tecnológicos, necessitam ampliar os gastos nestas áreas. Caso contrário, ampliam a dependência da adoção de técnicas inovadoras advindas de outros setores e/ou países. Ciente da importância do que esse resultado indica, a meta desejável para 2022 é que, no estado, as empresas invistam cerca de 3% de suas receitas nas atividades inovativas.



Fonte: Pesquisa de Inovação/IBGE e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



OBJETIVO:



# Empreendedorismo e competitividade

Promover a competitividade das empresas catarinenses

Na promoção da competitividade das empresas catarinenses, toma-se como referência o Ranking de Competitividade dos Estados, sendo a inovação um dos pilares estratégicos para o desenvolvimento do território nacional. Nesse estudo, Santa Catarina se destaca ao ser o segundo estado brasileiro no índice geral, atrás apenas de São Paulo e, no quesito Inovação, ocupa o terceiro lugar. Especificamente para a inovação, o índice é composto por três variáveis – Investimentos em P&D, Patentes e Produção Acadêmica –, dentre os quais a maior relevância está nos registros de patente, em que já foi conquistada a segunda posição. Avançar nos demais itens implica a ação de duas frentes: o apoio aos investimentos em P&D, inclusive pelo fornecimento de crédito, bem como a maior inserção da academia catarinense na publicação científica alinhada aos desafios da indústria, o que passa pela valorização da ciência no estado. Com isso, a meta desejável é que, em 2022, seja ocupado o segundo lugar no Índice de Inovação e, puxado por ele e pelos demais fatores mensurados no indicador, liderar o índice geral.



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados – Centro de Liderança Pública (CLP) e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.







# Integração e P&D



Alinhar necessidades do setor produtivo com programas de pesquisa

## **INDICADOR**

Percentual de grupos de pesquisa com relacionamento com empresas

META DESEJÁVEL

42%

# **INDICADOR**

Percentual de trabalhadores industriais com Mestrado ou Doutorado

META DESEJÁVEL

0,18%

# Investimentos



Facilitar o acesso a recursos para inovação

### **INDICADOR**

Percentual de empresas que receberam apoio do governo para inovar

META DESEJÁVEL

24%



Incentivar investimentos em P&D

### **INDICADOR**

Participação das empresas que investem em P&D em SC

META DESEJÁVEL

56%

# Empreendedorismo e competitividade



Incentivar o empreendedorismo e a cultura de inovação nas empresas

### **INDICADOR**

Percentual das receitas investidas em atividades inovativas

3%

META DESEJÁVEL

Promover a competitividade das empresas catarinenses

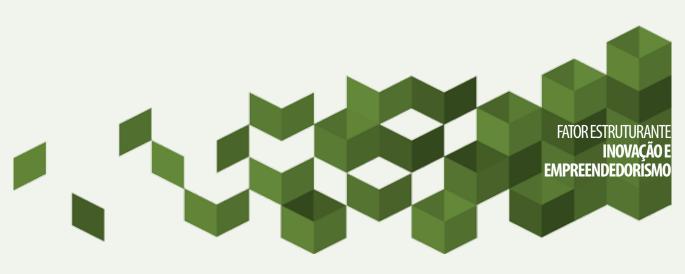
# **INDICADOR**

Índice do Ranking de Competitividade dos Estados

# META DESEJÁVEL

 $1^o$  lugar no Índice Geral  $2^o$  lugar no Índice de

Inovação







# POR OUE INFRAESTRUTURA COMO FATOR ESTRUTURANTE?

De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a infraestrutura compreende a base na qual se solidificam todas as atividades e serviços da economia. Por se tratar de um alicerce, os investimentos nessa área propiciam crescimento direto advindo das inversões – ampliando a capacidade de abastecimento e escoamento da produção e do fluxo de pessoas –, além de promover grandes efeitos multiplicadores, a partir de suas ligações com diferentes setores econômicos. Como consequência, ao dinamizar a estrutura produtiva e torná-la mais eficiente, minimiza os gargalos do desenvolvimento e eleva a competitividade de forma sistêmica.

Para a indústria, a existência de uma infraestrutura adequada é imprescindível para que o potencial produtivo se efetive, ao reduzir custos de transação, facilitar a articulação das empresas na compra e venda de produtos e por minimizar a insegurança de planejamento, servindo como atrativo a investidores. O crescimento daí decorrente acaba por impactar a forma de inserção dos setores na economia, nacional e internacional, beneficiando o mercado consumidor, traduzido pela diminuição do preço dos bens finais.

Prova disso é o que acontece na área de logística. Conforme a pesquisa Custos Logísticos da Indústria Catarinense da FIESC, o custo da logística interna das empresas representa metade do seu custo total, enquanto que, em termos de faturamento, os valores compreendem 14% para cada R\$ 1,00. À estrutura danosa, somamse investimentos na área que estão aquém do necessário para tornar Santa Catarina mais adequada às necessidades de articulação interna, inclusive no uso de modais alternativos, e às projeções de demanda.

De acordo com o *Global Infrastructure Hub*, os valores investidos atualmente no Brasil em infraestrutura e aqueles projetados para 2022, de 2,73% do PIB³, mostram um descompasso com o gasto realmente necessário para que este fator estruturante se torne adequado (de 4,64%), dos quais 43% seriam destinados ao transporte rodoviário e 24% para o setor energético. Para a Instituição Fiscal Independente (IFI), os gastos da União com infraestrutura compreenderam, entre 2007 e 2016, apenas 0,9% do PIB, ou 4% do montante de dispêndio público federal. Isso representou, em 2016, investimentos de R\$ 49,3 bilhões, dos quais quase 38% foram direcionados para os transportes.

Como parte desse valor é destinado a Santa Catarina, montante que se soma aos investimentos estaduais, é crível dizer que a maior necessidade de recursos para a infraestrutura é uma marca que limita o crescimento do estado e de todo o país. Entretanto, as mudanças necessárias não se aparam apenas no lado financeiro. É preciso que as inversões sejam planejadas de forma técnica, para que os vultosos dispêndios não se transformem em desperdício de recursos, já que é uma prática frequente as obras terem seu andamento comprometido ou serem paralisadas, representando prejuízos ainda maiores que a falta de infraestrutura em si. Avançar na solução dos problemas dessa base passa pelo planejamento, pela implantação e pela conservação, esforços que rapidamente podem se refletir na maior eficiência produtiva.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A projeção dos investimentos no país, em 2022, utiliza como base a tendência observada nos últimos anos.

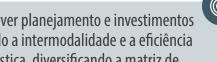


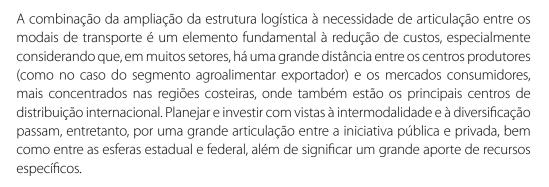


OBJETIVO:

Infraestrutura de transporte e logística

Promover planejamento e investimentos visando a intermodalidade e a eficiência logística, diversificando a matriz de transportes e considerando a cabotagem e os projetos ferroviários





As estimativas de investimentos nos diferentes modais de transporte alcançam, nos próximos quatro anos, mais de R\$ 23 bilhões, dos quais a maior parte estará no setor rodoviário e pela via federal. Para o governo estadual, os gastos representam 23% do montante total ou cerca de R\$ 1,3 bilhão por ano. Destes, apenas o setor ferroviário não seria contemplado por recursos de Santa Catarina, mas seus avanços podem ser garantidos, especialmente na conclusão dos projetos e no início das obras das ferrovias Leste-Oeste e a Litorânea.

	Rodoviário	Ferroviário	Aquaviário	Aeroviário	Total
Federal	R\$ 6,1 bilhões	R\$ 7 bilhões	R\$ 1,2 bilhão	R\$ 65,1 milhões	R\$ 14,3 bilhões
Estadual	R\$ 5,1 bilhões		R\$ 160 milhões	R\$ 74,5 milhões	R\$ 5,3 bilhões
Privado	R\$ 2,8 bilhões			R\$ 960 milhões	R\$ 3,8 bilhões
Total	R\$ 14 bilhões	R\$ 7 bilhões	R\$ 1,3 bilhão	R\$ 1,1 bilhão	R\$ 23,4 bilhões

Fonte: Agenda Estratégica da Indústria para a Infraestrutura de Transporte e a Logística Catarinense 2018 – FIESC.



OBJETIVO:



Infraestrutura de transporte e logística

Fortalecer Deinfra e DNIT

Os dois principais departamentos responsáveis pela política de infraestrutura em Santa Catarina - o Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) - precisam passar por um processo de fortalecimento, para que se tornem mais eficientes frente às suas atribuições, permitindo cobrar responsabilidades, prever impedimentos potenciais e assegurar que os contratos sejam feitos com garantia de previsão orçamentária.

Para o Deinfra, os avanços devem se dar, especialmente, em termos do corpo técnico, a partir da capacitação e disponibilização de laboratórios de análises de solo e materiais, bem como na definição desse perfil para os cargos de diretoria e gerência, o que pode representar uma melhor gestão da aplicação dos recursos financeiros. No caso do DNIT, a maior fiscalização e a ampliação dos projetos passam pelo aumento do contingente, especialmente de engenheiros e técnicos, mas também pela descentralização da gestão ambiental e da coordenação ferroviária, que devem passar para a esfera estadual.



# **OBJETIVO:**



# Infraestrutura de transporte e logística

# Articular a garantia de recursos para investimentos rodoviários federais

As estimativas anuais de investimento nas rodovias de Santa Catarina chegam a R\$ 3,5 bilhões e, para quatro anos, o montante se distribuiu em 43,6% relacionado ao eixo federal, 36,4% ao estadual e o restante para a iniciativa privada, totalizando R\$ 14 bilhões. Parte da garantia de recursos vai diretamente para a BR-282, BR-153, BR-470 (trecho de Navegantes até Indaial) e BR-280 (trecho do Porto de São Francisco do Sul até Corupá). Além disso, somam-se às principais metas desejáveis até 2022:

- a duplicação de rodovias federais, especialmente dos trechos da BR-101, BR-280, BR-282 e BR-470;
- a ampliação da capacidade e restauração da BR-163 (entre São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira);
- a construção de uma nova ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu (BR-282);
- a conclusão do contorno da Grande Florianópolis e a previsão dos projetos e início das obras dos contornos de Joinville, Penha e Porto Belo/Tijucas;
- garantir recursos para o Crema, que diz respeito a conservação, restauração e manutenção das rodovias federais em Santa Catarina que apresentam graves sinais de deterioração.

A melhoria na capacidade de tráfego e o aumento da segurança também são demandas para a BR-101, no trecho concessionado, já que nela se tem altos índices de acidentes e um volume de vítimas muito acima da média nacional. Para além disso, os avanços dessa rodovia abarcam a celeridade no processo de concessão da BR-101, Trecho Sul, que já apresenta sinais de desgaste, assim como da BR-163, BR-280, BR-282 e BR-470, com foco especial nos acessos terrestres aos portos.

A importância da articulação com o objetivo de garantir que os recursos sejam, de fato, direcionados às rodovias do estado está por detrás da principal prioridade dos empresários na área de transporte: a pavimentação, duplicação e conservação das estradas. Essa demanda, eleita como a mais importante por 15 vice-presidências da FIESC, reconhece que a atenção às rodovias, enquanto principal modal utilizado no país, tenha posição preponderante na destinação dos recursos necessários para os investimentos.

# Pavimentação, duplicação e conservação das estradas 83,6% Diversificação dos modais de transporte 51,0% Projetos de mobilidade urbana 30,1% Fonte: Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



OBJETIVO:



# Infraestrutura de transporte e logística

# Realizar melhorias nas rodovias estaduais

Para o caso das rodovias estaduais, o avanço mais premente se dá em termos da ampliação da capacidade de tráfego da SC-283, constituindo-se em uma das metas desejáveis para 2022. Entretanto, soma-se a isso a necessidade de melhorar a qualidade desse modal de forma ampla e generalizada por Santa Catarina.

De acordo com estimativas da FIESC, destacadas na Agenda Estratégica da Indústria para a Infraestrutura de Transporte e Logística Catarinense 2018, de cada R\$ 1,00 não gasto em manutenção, futuramente serão gastos R\$ 4,00 para a recuperação. Esse *trade-off* traduz a necessidade de ampliar e fortalecer os investimentos do Programa de Conservação, Restauração e Manutenção das Rodovias, mas também criar um programa estadual próprio, ainda mais ao se considerar que, dos 95 mil km² de área que Santa Catarina possui, as rodovias são, em sua maioria, estaduais (6 mil km). Além disso, a implantação do Plano de Sinalização nos moldes do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal), com aplicação por todo o estado, pode facilitar a conquista de outra meta desejável aos catarinenses: a redução de acidentes de trânsito.



### OBJETIVO:



# Infraestrutura de transporte e logística

# Garantir investimentos para a melhoria dos portos catarinenses

A estrutura portuária de Santa Catarina é uma das vantagens logísticas do estado, com cinco principais portos distribuídos ao longo dos 530 km da costa catarinense, dos quais alguns se destacam por figurarem no ranking da maior movimentação de contêineres do Brasil. Entretanto, alguns fatores têm imposto a necessidade de ajustes, como a ampliação da movimentação de cargas, as dimensões dos navios da marinha mercante na costa brasileira e a articulação dos portos com outros modais de transporte, especialmente o ferroviário, já que, com exceção de São Francisco do Sul, não há nos demais ligação com a malha férrea nacional.

Diante das novas exigências, é premente que o estado avance, até 2022, na adequação do canal de acesso da Baía da Babitonga, bem como do canal, dos berços e da conclusão da bacia de evolução do complexo portuário do Rio Itajaí. Somam-se a isso as obras de acesso terrestre aos portos, que passam pela via expressa portuária de Itajaí, pela conclusão do contorno de Garuva, pelo novo acesso ao Porto de Imbituba, pela conclusão dos projetos das ferrovias Litorânea e Leste-Oeste e pelos contornos ferroviários de Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul. Com estrutura adequada, cabem aos órgãos intervenientes e auxiliares possuir um contingente apropriado capaz de agilizar o processo de liberalização de cargas, permitindo que a operação se dê 24 horas por dia.

# TEMA PRIORITÁRIO 1:

**OBJETIVO:** 



Infraestrutura de transporte e logística

Solucionar o entrave da Funai em obras de infraestrutura de transporte

Como órgão indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tem se colocado como impeditivo adicional à concessão de licenças ambientais que, de algum modo, afetam terras e comunidades indígenas. Embora sua atuação seja orientada pela autodeterminação dos povos, entra em conflito com as necessidades de infraestrutura do país, de modo que a resolução da desavença entre as duas áreas é premente para simplificar os trâmites na liberação dos investimentos e para a garantia da execução destes.



TEMA PRIORITÁRIO 1:

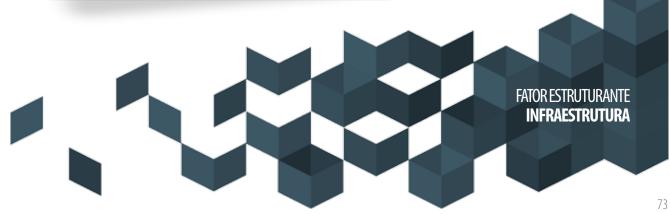
OBJETIVO:



Infraestrutura de transporte e logística Atualizar o Plano Aeroviário do etado com a definição de uma política de transporte aéreo de cargas e passageiros, fortalecendo os aeroportos regionais

O atual Plano Aeroviário de Santa Catarina foi criado em 1991, quando o número de passageiros era de aproximadamente 500 mil. Atualmente, esse valor se aproxima de 6 milhões. Diante desse forte crescimento no fluxo de pessoas por meio dos aeroportos e considerando que mais de 80% da corrente de comércio internacional catarinense que passa pela via aérea o faz a partir de São Paulo, é premente a necessidade de uma nova política de cargas e passageiros. Entretanto, a definição a ser tomada para a movimentação deve privilegiar o fortalecimento dos aeroportos regionais que, já distribuídos pelo estado, possam diminuir os custos logísticos e o tempo no transporte de produtos e pessoas.

# DISTRIBUIÇÃO DOS AEROPORTOS EM SANTA CATARINA AEROPORTOS AVIAÇÃO REGIONAL Fonte: Santa Catarina em Dados 2017 – Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



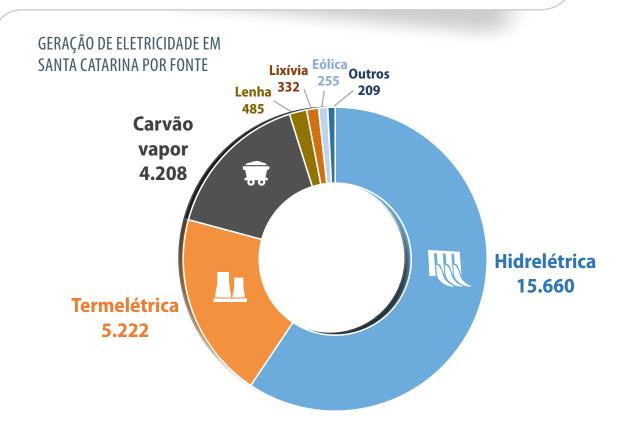
TEMA PRIORITÁRIO 2: OBJETIVO:



Energia

Promover a articulação do estado com as esferas políticas responsáveis para a promoção de avanços nas áreas de gás natural e no setor elétrico

Conforme o Balanço Energético Nacional de 2017, Santa Catarina ocupa o 11º lugar no ranking de geração de eletricidade. Como principais fontes de energia, têm-se a hidrelétrica e a termelétrica, responsáveis por 74% e 25% do total gerado, respectivamente, enquanto a produção a partir de gás natural representa apenas 0,1%. Dentre os destaques do estado estão, entretanto, a geração de eletricidade por meio da lenha, assumindo a primeira posição, bem como o carvão, utilizado em segundo lugar.



Fonte: Balanço Energético Nacional 2017 – Ministério de Minas e Energia e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Embora a geração de gás natural catarinense represente apenas 0,02% da nacional, sua utilização no segmento industrial tem sido crescente, compreendendo 80% do consumo dessa fonte. Promover avanços nela e no setor elétrico serve à redução de custos e ao incremento da produtividade do estado, passando principalmente pela adequação do contrato de concessão de gás e pela aprovação de novos modelos do setor, bem como no elétrico.



TEMA PRIORITÁRIO 2: OBJETIVO:



Energia

Promover alternativas ao fornecimento e transporte de gás natural para a região Sul

O gás natural, considerado uma energia limpa e que reduz a emissão de gases poluentes, possui, além das vantagens ambientais, benefícios em termos de redução de custos. Em função disso, somado à demanda industrial em crescimento, avançar no fornecimento e no transporte dessa fonte energética em Santa Catarina, com a interiorização dos investimentos, especialmente na promoção de alternativas à região Sul do estado, pode ampliar o abastecimento e impactar positivamente no crescimento econômico.

Para agir nesse sentido, as principais iniciativas que se espera serem implementadas até 2022 compreendem: a efetivação da renegociação do contrato de fornecimento de gás natural com a Bolívia, a agilização do processo de construção de gasodutos de transporte e a ampliação do número de ofertante para a complementação da oferta da Petrobras.



### TEMA PRIORITÁRIO 2:

OBJETIVO:

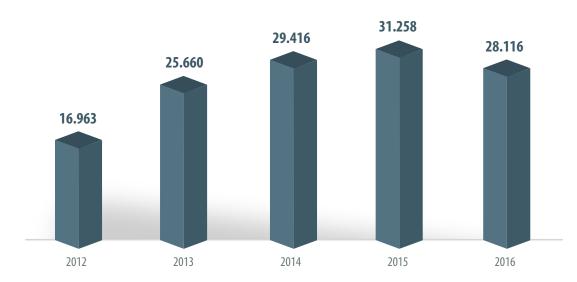


Energia

Modernizar e ampliar a infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica, concomitante à adoção de medidas para a garantia de suprimento e para a modicidade tarifária

De acordo com o Anuário Estatístico de Energia Elétrica de 2017, do Ministério de Minas e Energia, Santa Catarina ocupa a 11ª posição em capacidade instalada, com 5.474 megawatts de potência, compreendendo 3,6% do país. Ao longo dos últimos anos, o estado tem mantido uma tendência de crescimento na geração elétrica, com recuo de 10% no período 2015-2016, passando a responder por 4,86% do que é gerado no país.

### GERAÇÃO ELÉTRICA EM SANTA CATARINA (GWH)

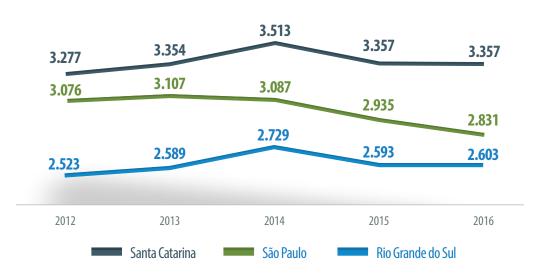


Fonte: Anuário Estatístico de Minas e Energia Elétrica 2017 – Ministério de Minas e Energia e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Ainda que sua representatividade seja pequena, os catarinenses são, em termos per capita, responsáveis pelo maior consumo, sendo, em 2016, 18,4% superior ao segundo colocado (São Paulo). Este perfil decorre de uma maior participação das atividades econômicas, especialmente da indústria e da agricultura no montante consumido e no número de consumidores. Especificamente para o setor industrial, a representação do segmento compreende 3,6% das unidades (contra 0,7% no país), que consome 40,6% do total (frente a 35,7% da média nacional). Daí fica evidente a importância da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica.



### CONSUMO PER CAPITA (KWH/HAB)



Fonte: Anuário Estatístico de Minas e Energia Elétrica 2017 – Ministério de Minas e Energia e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Para impactá-la positivamente, é importante que Santa Catarina avance, até 2022, em quatro frentes: redução dos encargos e tributos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica, realização de leilões regionais para o aproveitamento do potencial de geração local, disponibilização de recursos financeiros para a substituição das redes monofásicas e promoção da celeridade dos processos de licenciamento ambiental.

Além dessas frentes, o avanço em direção à geração distribuída desponta cada vez mais como alternativa para a diversificação da matriz energética, somada à incorporação de fontes mais sustentáveis e que, ao aproveitar melhor os recursos disponíveis, tornam a utilização da energia mais eficiente. Isso é particularmente importante ao setor industrial, já que nele a geração distribuída significa um passo a mais no desenvolvimento da cadeia produtiva do país.

Especificamente para Santa Catarina, é necessário articular, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária, a nova redação para o Convênio ICMS 16/2015, retirando o prazo máximo de 48 meses estabelecido para a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) para as iniciativas de microgeração e minigeração de energia distribuída, cuja potência instalada seja menor que 1 MW. Essa meta desejável advém do fato de que o tempo necessário para a amortização dos investimentos tem amplitude maior que o prazo definido pelo Convênio, restringindo o aproveitamento do benefício fornecido por essa política pública.



### TEMA PRIORITÁRIO 3:

OBJETIVO:



### Meio Ambiente

Acelerar os processos de licenciamento ambiental e a aprovação da Lei do Licenciamento, respeitando a realidade de cada estado

A proteção do ambiente frente às externalidades negativas geradas por empreendimentos potencialmente poluidores está por detrás da busca de um crescimento com equilíbrio ambiental. Entretanto, a concessão de licenças, principal instrumento que atua nesse sentido, tem se constituído em um desincentivo à atividade produtiva por, além de não dar garantias efetivas aos empresários, implicar processos lentos e burocráticos.

A falta de celeridade e transparência e os altos custos das licenças promovem insegurança jurídica. Remover essas barreiras, com a promoção da rapidez nos processos e a aprovação da Lei de Licenciamento, considerando o Pacto Federativo, pode desburocratizar e reduzir ainda mais a morosidade e os custos. Tais iniciativas, somadas à ampliação do número de efetivos, com provisão de tecnologias de informação, podem fazer com que, em 2022, a proteção ambiental se faça de forma concomitante ao avanço da atividade econômica.

### TEMA PRIORITÁRIO 3:

OBJETIVO:



### Meio Ambiente

Elaborar o Zoneamento Econômico Ecológico do estado

A necessidade de compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental pode, ao não tornar muito clara a delimitação de zonas ambientais, criar incertezas aos investimentos, bem como não promover o equilíbrio dos ecossistemas existentes. Assim, a identificação das áreas de expansão econômica e de conservação exclui esse elemento de ambiguidade, criando mais garantias em todos os segmentos apoiados no Zoneamento Econômico Ecológico.



TEMA PRIORITÁRIO 3: OBJETIVO:



### Meio Ambiente

Garantir recursos para as obras do setor de saneamento e para a mitigação dos efeitos e da contenção de desastres naturais

Ainda que no estado o índice de atendimento total de água seja próximo ao dos demais da região Sul, apenas 19,4% dos catarinenses têm acesso à coleta de esgoto, dos quais 24% são tratados. Garantir recursos de, no mínimo, R\$ 790 milhões nos próximos quatro anos pode significar a melhora da situação que impacta, de forma especial, a saúde, principalmente a infantil.

Além dos recursos liberados para essa finalidade, outros R\$ 280 milhões são necessários para conter e mitigar os efeitos das enchentes.

	Índice de atendimento total de água (%)	Índice de coleta de esgoto (%)	Índice de tratamento de esgoto (%)
PR	92,83	65,54	67,70
RS	87,18	29,40	24,15
SC	86,85	19,44	24,32
Região Sul	88,95	38,13	38,72
Total	83,30	50,30	42,67

Fonte: Santa Catarina em Dados 2017 – Observatório FIESC da Indústria Catarinense

TEMA PRIORITÁRIO 3: OBJETIVO:

### Meio Ambiente

Desonerar a cadeia de reciclagem

A reciclagem é tradicionalmente vista como ligada ao desenvolvimento sustentável, mas impacta fortemente a economia e a sociedade. Seja pela redução dos custos por ela promovido ou pela economia de energia, é possível minimizar a utilização de recursos naturais e a necessidade de espaços e tratamento aos resíduos, ainda mais quando se considera que, no Brasil, 45% do lixo produzido é reciclável, embora apenas 2% já passe pelo processo<sup>4</sup>. Elaborar textos normativos que, ao seguir a Lei n. 12.305/2010, estimulem a cadeia de reciclagem, apoiando os setores produtivos obrigados à logística reversa, é uma meta desejável até 2022.



TEMA PRIORITÁRIO 4:

OBJETIVO:



### Telecomunicações

### Ampliar a cobertura da banda larga fixa em Santa Catarina

A melhora e a ampliação das telecomunicações, especialmente em termos de acesso à internet, são exigências já constantes no mundo dos negócios e, conforme a indústria catarinense avança para a manufatura aditiva, assumem uma posição ainda mais prioritária diante das mudanças tecnológicas e das tendências inovativas. Entretanto, a temática no estado deve estar alinhada ao Programa Nacional de Banda Larga do país (PNBL), que consiste em uma política pública do governo federal, cujo principal objetivo é expandir e massificar o acesso à internet, especialmente em regiões mais carentes em infraestrutura e tecnologia.

Seguindo essa mesma estratégia, Santa Catarina deve buscar expandir, sistematicamente, o acesso da população às mais modernas tecnologias de telecomunicações, reduzindo as desigualdades socioeconômicas e regionais na área tecnológica. Nesse sentido, duas são as possibilidades de melhoria: avançar no adensamento dos usuários e na velocidade dos serviços oferecidos.

No adensamento dos usuários, as metas desejáveis para 2022 vão no sentido de captar o efeito direto do crescimento do número de acessos, bem como ao seu espraiamento entre os domicílios catarinenses. No primeiro caso, seguindo a tendência nacional, há um crescimento significativo da população do estado na utilização de banda larga fixa, com o avanço passando, nos últimos, de pouco mais de 5% para 13,8% no fim de 2017. A continuidade desse crescimento, muito acima da expansão demográfica, é um objetivo da FIESC, porque indica a maior utilização e educação tecnológica da população, marcando efetivamente sua inclusão na era digital.

### TAXA DE CRESCIMENTO, EM 12 MESES, DOS ACESSOS À BANDA LARGA EM SANTA CATARINA

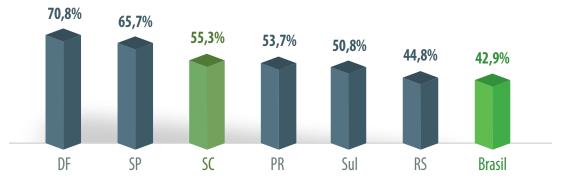


Fonte: Anatel e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Concomitantemente ao crescimento dos acessos pela população, é importante o incremento do uso da banda larga nos domicílios do estado. Atualmente, Santa Catarina possui um desempenho satisfatório nesse sentido, já que, a cada cem domicílios, 55 possuem acesso à internet, ocupando a terceira posição na comparação com as demais unidades federativas, atrás apenas do Distrito Federal e de São Paulo. Embora bem acima da média da região Sul e do Brasil, a meta desejável para 2022 é alcançar o segundo lugar nesse comparativo, crescendo acima do que será observado no restante do país.



### DENSIDADE DOS ACESSOS À BANDA LARGA A CADA CEM DOMICÍLIOS



Fonte: Anatel e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

A característica dos serviços ofertados é outro fator importante, especialmente ao se considerar que a banda larga pode dirimir as distâncias no estado e facilitar a integração setorial e regional, levando em conta a grande diversidade produtiva catarinense. Em termos de qualidade, a velocidade da internet é um fator preponderante. Considerando os canais de banda larga superior a 34 Mbps, todos os municípios de Santa Catarina com mais de 100 mil habitantes são atendidos, além de 95% dos que possuem entre 25 mil e 100 mil habitantes também estarem nessa condição. Entretanto, nos municípios de menor porte, esse é um caso atípico, abarcando apenas 26,9% deles.

### MUNICÍPIOS CATARINENSES ATENDIDOS COM CANAIS DE BANDA LARGA SUPERIOR A 34 MBPS



Fonte: Anatel e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Fazer com que todos os municípios do estado tenham acesso à internet de banda larga de alta velocidade é uma meta desejável para 2022, esforço que envolve, principalmente, os municípios de até 25 mil habitantes. Isso, somado à ampliação da densidade nos domicílios e à manutenção da tendência de crescimento no acesso, permitirá que a indústria, impactada positivamente pela maior generalização do uso da banda larga, também possa aproveitar

a melhora quantitativa e qualitativa em seus processos produtivos.



# MAPA ESTRATÉGICO CATARINENSE DA INFRAESTRUTURA

### Infraestrutura de transporte e logística

Promover planejamento e investimentos, (visando a intermodalidade e a eficiência logística, diversificando a matriz de transportes e considerando a cabotagem e os projetos ferroviários

Fortalecer Deinfra e DNIT



Articular a garantia de recursos para investimentos rodoviários federais



### **INDICADOR**

Duplicação de rodovias federais

### **META DESEJÁVEL**

Concluir a duplicação dos trechos da BR-280, BR-282 e BR-470

### **INDICADOR**

Capacidade das rodovias

### **META DESEJÁVEL**

Concluir as obras rodoviárias de adequação da capacidade das rodovias federais catarinenses

### M INDICADOR

Contornos rodoviários

### META DESEJÁVEL

Concluir os contornos rodoviários em andamento em Santa Catarina

### **INDICADOR**

Número de acidentes de trânsito

### META DESEJÁVEL

Reduzir o número de acidentes de trânsito

### **ANDICADOR**

Programa de Conservação, Manutenção e Recuperação de Rodovias Federais

### META DESEJÁVEL

Garantir recursos para o Crema

### **MINDICADOR**

Construção de ponte

### META DESEJÁVEL

Construir nova ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu (BR-282, divisa com a Argentina)

### **M** INDICADOR

Concessões de rodovias

### META DESEJÁVEL

Dar celeridade no processo de concessão da BR-101, trecho Sul, BR-163, BR-280, BR-282 e BR-470, com foco especial nos acessos terrestres aos portos



Realizar melhorias nas rodovias estaduais

### **INDICADOR**

Programa de Conservação, Manutenção e Recuperação

### META DESEJÁVEL

Criar o Programa de Conservação, Manutenção e Recuperação de Rodovias Estaduais

### **INDICADOR**

Plano de Sinalização para as rodovias

### META DESEJÁVEL

Implantar o Plano de Sinalização nos moldes do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal)

### **INDICADOR**

Número de acidentes de trânsito

### **META DESEJÁVEL**

Reduzir o número de acidentes de trânsito

### MINDICADOR

Capacidade das rodovias

### **META DESEJÁVEL**

Concluir obras rodoviárias de adequação da capacidade das rodovias estaduais catarinenses



Garantir investimentos para a melhoria dos portos catarinenses

### **INDICADOR**

Adequação dos portos para navios com 366 m de comprimento, 52 m de boca e 15,5 m de calado operacional

### META DESEJÁVEL

Adequar o canal de acesso da Baía da Babitonga e o canal de acesso, berços e conclusão da bacia de evolução do complexo portuário do Rio Itajaí

### **INDICADOR**

Acesso terrestre aos portos

### **META DESEJÁVEL**

Concluir a via expressa portuária de Itajaí, contorno de Garuva, novo acesso ao Porto de Imbituba, projetos das ferrovias Litorânea e Leste-Oeste e contornos ferroviários de Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul

### **MINDICADOR**

Contingente dos órgãos intervenientes e auxiliares nos processos de liberalização de cargas

### META DESEJÁVEL

Aumentar o contingente que permita 24 horas de operação nos portos



Solucionar o entrave da Funai em obras de infraestrutura de transporte



Reforçar e garantir os investimentos do programa de incentivo à aviação regional do governo federal na qual destina investimentos para aeroportos regionais estratégicos



# MAPA ESTRATÉGICO CATARINENSE DA **INFRAESTRUTURA**

### Energia

Promover a articulação do estado com as esferas políticas responsáveis para a promoção de avanços nas áreas de gás natural e no setor elétrico

### M INDICADOR

Contrato de concessão de gás

### **META DESEJÁVEL**

Adequar o contrato

### **INDICADOR**

Novos modelos do setor elétrico e de gás natural

### META DESEJÁVEL

Aprovar os novos modelos

Modernizar e ampliar a infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica, concomitante à adoção de medidas para a garantia de suprimento e para a modicidade tarifária

### **INDICADOR**

Encargos e tributos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica

### META DESEJÁVEL

Reduzir os valores incidentes

### **INDICADOR**

Leilões regionais

### META DESEJÁVEL

Realizar leilões para o aproveitamento do potencial de geração local

### **INDICADOR**

Disponibilização de recursos financeiros

### **META DESEJÁVEL**

Substituir as redes monofásicas

### **INDICADOR**

Processo de licenciamento ambiental

### META DESEJÁVEL

Dar celeridade no processo de licenciamento



Promover alternativas ao fornecimento e transporte de gás natural para a região Sul

### **INDICADOR**

Contrato de fornecimento de gás natural com a Bolívia

### META DESEJÁVEL

Efetivar a renegociação do contrato

### **INDICADOR**

Gasodutos de transporte

### META DESEJÁVEL

Agilizar o processo de construção

### **INDICADOR**

Número de ofertantes de gás

### META DESEJÁVEL

Ampliar o número de ofertantes para a complementação da oferta da Petrobras



### Meio Ambiente

Acelerar os processos de licenciamento ambiental e a aprovação da Lei do Licenciamento, respeitando a realidade de cada estado

### **INDICADOR**

Lei Geral do Licenciamento

### META DESEJÁVEL

Aprovar a Lei Geral do Licenciamento considerando o Pacto Federativo

### **INDICADOR**

Número de efetivos nos órgãos licenciadores

### META DESEJÁVEL

Aumentar o efetivo, com provisão de tecnologias de informação

Garantir recursos para as obras do setor de saneamento e para a mitigação dos efeitos e da contenção de desastres naturais

### **INDICADOR**

Recursos liberados com esta finalidade para Santa Catarina

### META DESEJÁVEL

Mínimo de R\$ 790 milhões para obras de saneamento e de R\$ 280 milhões para contenção e mitigação de enchentes



Desonerar a cadeia de reciclagem

### **⋒** INDICADOR

Textos normativos que, ao seguir a Lei n. 12.305/2010, estimulem a cadeia, apoiando os setores produtivos obrigados à logística reversa

### META DESEJÁVEL

Elaborar os textos citados



Elaborar o Zoneamento Econômico Ecológico do estado

### M INDICADOR

Zoneamento Econômico Ecológico do estado

### **@** META DESEJÁVEL

Criar o documento identificando as áreas de expansão econômica e de conservação ambiental

### Telecomunicações



Ampliar a cobertura de banda larga em Santa Catarina

### **INDICADOR**

Taxa de crescimento dos acessos à banda larga

### META DESEJÁVEL

Manter a tendência de crescimento

### **INDICADOR**

Densidade dos acessos à banda larga a cada cem domicílios

### META DESEJÁVEL

Ocupar a segunda posição entre os estados com maior densidade

### **INDICADOR**

Municípios catarinenses atendidos com canais de banda larga superior a 34 Mbps

### META DESEJÁVEL

100%







# SAÚDE E SEGURANÇA





### POR QUE **SAÚDE E SEGURANÇA** COMO FATOR ESTRUTURANTE?

A preocupação com o bem-estar humano e, concomitantemente, com a sustentabilidade econômica, tornou a saúde um tema estratégico para as organizações públicas e privadas, que buscam formas compartilhadas de soluções para essa demanda global.

No campo da saúde pública, o aumento da longevidade é uma tendência mundial e nacional quiada por duas transições: a epidemiológica e a demográfica. No primeiro caso, a descoberta e a disponibilização de vacinas e antibióticos para combater doenças que dizimaram populações inteiras no passado têm papel decisivo na redução da taxa de mortalidade. O resultado disso é que está se vivendo mais - a expectativa de vida do brasileiro se ampliou em 25,4 anos de 1960 a 2010 e, de acordo com o IBGE, deve chegar a 78,6 anos em 2030 e a 81,2 anos em 2060, alterando o perfil da população brasileira.

Esse ganho de anos de vida é motivo de comemoração, mas traz consigo desafios sociais e econômicos no campo da saúde. Um deles é o aumento da prevalência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) – doença cardiovascular, respiratória crônica, câncer e diabetes - como principal causa de morte no país, tendo sido responsáveis, em 2015, por 51,6% do total de óbitos na população de 30 a 69 anos<sup>5</sup>. Tais enfermidades ou condições crônicas decorrentes do envelhecimento podem, quando não prevenidas, ter seus impactos amenizados em qualquer fase da vida, de modo que o cuidado com a saúde é a chave para a longevidade.

No campo ocupacional, por outro lado, os desafios da saúde brasileira também são grandes, embora o país tenha registrado, de acordo com o Ministério da Previdência Social, queda no número de comunicações de acidentes, com redução de 20,2% em quatroanos. Santa Catarina, em contrapartida, mostra pequenas oscilações neste indicador, tendo incorrido em crescimento de 2% entre 2016 e 2017<sup>6</sup>. Como o desafio é que nenhuma vida seja perdida ou colocada em risco, o resultado sugere que as ações implementadas para promover melhorias no campo da segurança no ambiente de trabalho precisam ser reforçadas, com apoio da iniciativa pública e privada.

Além das perdas humanas, os impactos econômicos são significativos. De acordo com estimativas do Observatório da Indústria Catarinense da FIESC, os custos dos primeiros 15 dias de afastamentos ocupacionais e não ocupacionais em Santa Catarina foram, em 2016<sup>7</sup>, da ordem de R\$ 18,5 milhões e de R\$ 186, 3 milhões, respectivamente.

Neste cenário de grandes mudanças, os ganhos esperados com capital humano saudável são: o aumento da produtividade, a ampliação da qualidade do trabalho, o aumento da renda disponível dos consumidores, a melhoria dos níveis de bem-estar, a redução de custos e a criação de empregos no ecossistema de saúde8. Com base nessas oportunidades, o desafio é unir esforcos para propor soluções compartilhadas que promovam a saúde, eliminem os riscos eminentes à saúde e à segurança no trabalho, para que possamos contar com indivíduos saudáveis e produtivos no ambiente corporativo e fora dele.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Informações do Dataprev. Acessado em Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho.



<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Sistema de Informações sobre Mortalidade.



TEMA PRIORITÁRIO 1:

Saúde e segurança no trabalho

Reduzir acidentes e afastamentos por causas laborais

Após um aumento expressivo nos acidentes de trabalho em 2013, a indústria catarinense apresentou diminuição anual das ocorrências no indicador. A maior redução foi observada nos anos 2014 e 2015, em que saltamos de 24,4 para 20,9 acidentes a cada 1.000 trabalhadores, uma redução de 14%. Com o intuito de dar continuidade a esse recuo, a meta desejável para que o Estado avance ainda mais neste tema é reduzir em 15% ao ano a taxa de acidentes de trabalho no setor, fazendo com que passemos para 7,5 ocorrências a cada 1.000 trabalhadores em 2022. Considerando a situação atual dos demais estados, este decréscimo faria com que Santa Catarina ganhasse seis posições no ranking nacional de acidentes de trabalho na indústria.

### ACIDENTES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA (A CADA 1000 TRABALHADORES)\*



\*Taxa de acidente de trabalho = (Número de acidentes/ média de vínculos de trabalhadores)\*1000 Fonte: Dataprev/RAIS e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

### TAXAS DE AFASTAMENTOS OCUPACIONAIS NA INDÚSTRIA (A CADA 1.000 TRABALHADORES)



Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Uma das principais consequências dos acidentes de trabalho para a indústria são os afastamentos, que geram custos diretos para as empresas, além de impactarem a produtividade. Entre 2012 e 2016, a indústria catarinense teve redução média de 5,6% ao ano na taxa de afastamentos ocupacionais, sendo crível que o estado continue avançando na minimização deste indicador de modo que, até 2022, ele se reduza em 12% ao ano, saltando para 8 afastamentos a cada 1.000 trabalhadores.



TEMA PRIORITÁRIO 2:

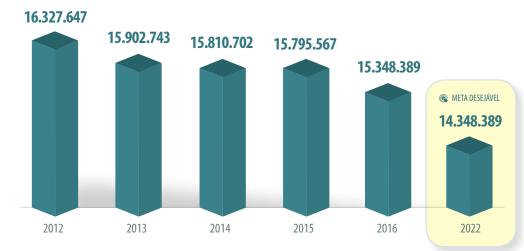
**OBJETIVO:** 



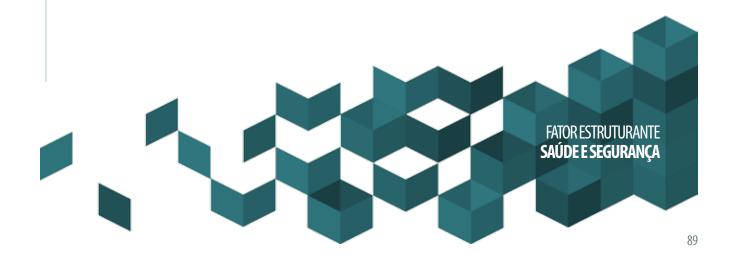
Saúde e competitividade Reduzir dias de afastamento não ocupacionais que impactam a produtividade e competitividade do estado

A saúde geral do trabalhador tem impacto direto na competitividade da indústria, já que o afastamento decorrente de doenças não ocupacionais promove perdas de tempo total de trabalho nas empresas e, como parte do corpo de funcionários, reduz a produtividade do setor, ampliando os custos pelos dias não trabalhados. Somados, o tempo de afastamento resultante destas causas chegou, em 2016, a mais de 15 milhões de dias não trabalhados, valor que, embora muito alto, está diminuindo desde 2012. Mantendo a tendência de queda, a meta desejável para o estado é que este decréscimo seja de, pelo menos, um milhão de dias de afastamento na indústria por doenças não ocupacionais.

### DIAS DE AFASTAMENTO NÃOOCUPACIONAIS NA INDÚSTRIA



Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



TEMA PRIORITÁRIO 3:

OBJETIVO:



### Saúde populacional

Diminuir a incidência de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs)

As DNCTs se constituem como o grupo de doenças de maior magnitude no país, atingindo especialmente as populações mais vulneráveis, como as de baixa renda e de menor escolaridade. Prova disso é que, em 2015, enfermidades como diabetes, doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares e câncer foram a causa da morte de mais de 300 pessoas a cada 100 mil habitantes do estado.

Dado que no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNTs no Brasil a meta de redução na taxa de mortalidade é de 2% ao ano até 2022, espera-se que, com as condições de saúde ofertadas no estado, seja possível superar tal limite de modo que ele atinja um recuo anual de 3%.

### NÚMERO DE ÓBITOS PREMATUROS POR DCNTS A CADA 100 MIL HABITANTES



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



TEMA PRIORITÁRIO 3:

**OBJETIVO:** 



### Saúde populacional

## Controlar o sedentarismo e a obesidade

Dois fatores de risco importantes ao aparecimento de DCNTs são o sedentarismo e o sobrepeso. Embora não existam informações disponíveis com relação à quantidade de catarinenses que estejam inseridos nestes grupos, é possível tomar como referência para o estado o desempenho da população da capital catarinense: Florianópolis. Avançar na coleta de dados estaduais para facilitar o monitoramento dos fatores de risco associados às DCNTs deve ser, entretanto, um comprometimento de Santa Catarina com o tema.

No caso da prevalência de obesidade, os resultados têm mostrado uma flutuação entre 14 e 15% da população do município no grupo de risco. Com vistas a modificar esse perfil nos próximos anos, é possível a introdução de medidas que modifiquem a trajetória e reduzam, anualmente, em 2%, o indicador, de modo a chegar em 2022 a uma prevalência de 12,8% de obesidade.

### PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E DE OBESIDADE NA POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS



Fonte: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



Para que isso ocorra, é importante que, concomitantemente, haja um esforço para o aumento da prevalência de atividade física no lazer da população, o que tem sido observado, desde 2011, em Florianópolis. Em 2016, entretanto, essa tendência foi rompida, de modo que houve um retorno para o patamar próximo ao início da série. Com base nesse fato, é desejável que, além de contínuo, haja nova inflexão do crescimento de, preferencialmente, 2% ao ano.



Fonte: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

TEMA PRIORITÁRIO 3:

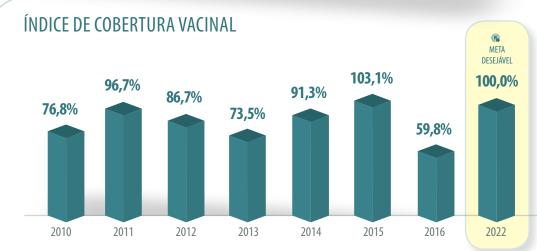
**OBJETIVO:** 



Saúde populacional

Diminuir incidência de Doenças Infectocontagiosas (DICs) no estado

Apesar das mudanças no estilo de vida terem alterado o cenário epidemiológico no Brasil, ainda é necessário ter atenção com relação às doenças infectocontagiosas. Neste sentido, as vacinas se constituem na principal forma de evitar os riscos associados a essas enfermidades, especialmente em termos de mortandade. No estado, o índice de cobertura vacinal geral tem sido variável ao longo dos anos, mas em 2015 atingiu mais de 100% da população-alvo (embora seja necessário destacar que este valor varie de acordo com o imunobiológico e a necessidade de administração de doses de reforço). Repetir continuamente este intento é uma meta desejável para 2022 e para todos os demais anos de governo.



Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações.



TEMA PRIORITÁRIO 3:

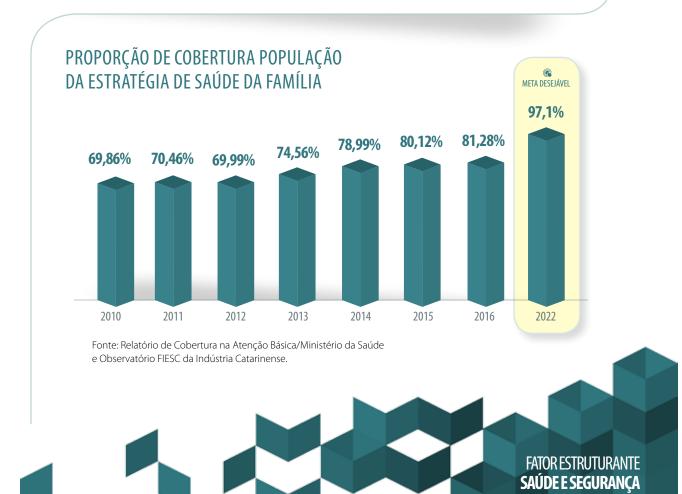
OBJETIVO:



Saúde populacional

Aumentar a cobertura das equipes de saúde da família

Por entender que a atenção primária de saúde pode reduzir os custos do estado, otimizando os recursos e atendendo a um número maior de pessoas, a Estratégia de Saúde da Família se constitui em uma das melhores formas de promoção da qualidade de vida da população, agindo de forma pró-ativa em fatores que colocam em risco a saúde básica. No estado, a cobertura populacional das equipes tem aumentado de forma contínua, mas, para que a quase totalidade dos catarinenses seja atendida, é necessário ampliar a taxa de crescimento. Neste sentido, a meta desejável é que, anualmente, o avanço seja de 3% de modo que, em 2022, tenha-se mais de 97% da população do estado coberta pelo Programa.







### Saúde e segurança no trabalho



Reduzir acidentes e afastamentos por causas laborais

### M INDICADOR

Taxa de acidentes de trabalho na indústria

### META DESEJÁVEL

Reduzir em 15% ao ano

### M INDICADOR

Taxa de afastamentos ocupacionais na indústria

### META DESEJÁVEL

Reduzir em 12% ao ano

### Saúde e competitividade



Reduzir dias de afastamento não ocupacionais que impactam a produtividade e competitividade do estado

### **INDICADOR**

Dias de afastamento não ocupacionais na indústria

### **META DESEJÁVEL**

Reduzir em 3% ao ano os dias de afastamento na indústria

### Saúde populacional



Diminuir incidência de Doença Crônicas não Transmissíveis (DCNTs)

### **INDICADOR**

Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) por DCNT (doenças cardiovasculares, câncer, diabetes ou doenças respiratórias crônicas)

### META DESEJÁVEL

Reduzir em 3% ao ano



Controlar o sedentarismo e a obesidade

### M INDICADOR

Prevalência de obesidade

### **META DESEJÁVEL**

Reduzir em 2% ao ano a prevalência da obesidade em adultos (≥18 anos)

### **INDICADOR**

Prevalência de atividade física no lazer

### META DESEJÁVEL

Aumentar em 2% ao ano



Diminuir incidência de Doenças Infectocontagiosas (DICs) no estado

### **INDICADOR**

Índice de cobertura vacinal

### META DESEJÁVEL

100% de cobertura vacinal na população de risco



Aumentar a cobertura das equipes de saúde da família

### **INDICADOR**

Proporção de cobertura populacional estimada por Equipe de Saúde da Família

### META DESEJÁVEL

Aumentar em 3% ao ano a proporção de cobertura de saúde da família







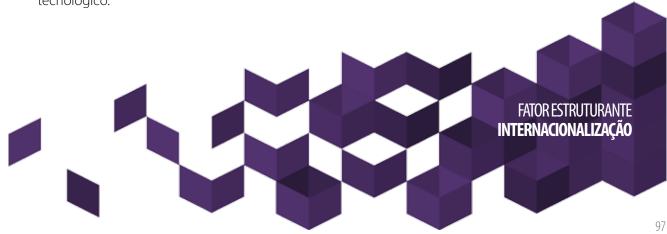
### POR QUE INTERNACIONALIZAÇÃO COMO FATOR ESTRUTURANTE?

Em um contexto de cadeias globais de valor, com o aprofundamento das relações comerciais e da concorrência internacional, o fenômeno da internacionalização ganha relevância enquanto elemento essencial para o fortalecimento industrial. Esta temática se apresenta aqui como o resultado de duas forças convergentes, embora atuantes em sentidos diversos. Uma delas age de fora para dentro, atraindo empresas que contribuam para a produção local, adensando a estrutura produtiva e complementando os elos faltantes da atividade industrial. A outra, ao operar de dentro para fora, proporciona incentivos e apoio ao setor já instalado no estado para que este se insira no mercado internacional, levando os produtos catarinenses para além das fronteiras estaduais e nacionais.

A percepção de que o mercado internacional compreende uma alternativa à demanda interna, somada à diversificação dos países parceiros para o escoamento dos produtos de Santa Catarina são, em conjunto, elementos que permitem ganhos de escala na produção local, além de reduzirem os riscos atrelados às flutuações do consumo doméstico. Entre os benefícios, as exportações podem conduzir à redução dos efeitos da sazonalidade, a incrementos no faturamento e na lucratividade, a melhorias na qualidade dos produtos ofertados (já que estes se defrontam com as exigências de normas técnicas e procedimentos conforme o país atendido), aumento de produtividade, otimização da capacidade produtiva e aprimoramento tecnológico.

avanço no comércio internacional, entretanto, não se resume à vontade dos empresários em diversificar os mercados consumidores. Para que seus produtos sejam competitivos, é necessário que a estrutura econômica do estado e do país forneçam as condições básicas ao bom funcionamento transações. Dentre os possíveis impeditivos, estão a logística, fundamental à condução dos produtos, mas também o processo de desenvolvimento e certificação da produção, garantindo credibilidade aos parceiros comerciais. Para alcançar este nível de competitividade, além da melhora no ambiente de negócios e na redução dos custos de produção, necessita-se de integração da cadeia produtiva catarinense e da absorção das melhores práticas produtivas.

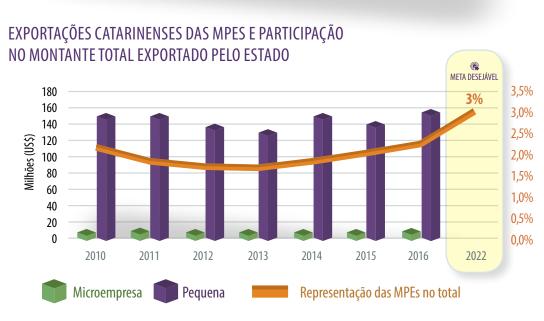
A atração de empresas com potencial de complementariedade à infraestrutura local de produção atua nesse sentido, revelandose como ponto fundamental para o desenvolvimento industrial do estado. A maior atratividade de investimentos internacionais gera, automaticamente, mais oportunidades de emprego, de parcerias e também amplia o conjunto de produtos e de insumos disponíveis. O incentivo à vinda dessas empresas, somado à estrutura já instalada em Santa Catarina e a condições favoráveis ao comércio, podem fazer com que os ganhos do setor industrial decorrentes de sua inserção internacional se difundam por todo o estado por meio do crescimento econômico e das externalidades positivas daí advindas.





A internacionalização representa uma grande oportunidade de escoar a produção interna, o que ganha relevância em períodos de baixo aquecimento da economia local. Contudo, 98% das indústrias catarinenses praticamente desconhecem este processo, uma vez que cerca de 2,5% das exportações catarinenses são oriundas de micro e pequenas empresas. Neste sentido, coloca-se como objetivo expandir os mercados para este porte empresarial, o que passa por uma série de fatores, desde a melhoria no ambiente de negócios até a redução dos custos de produção e fortalecimento da marca catarinense.

Entre 2010 e 2013, as exportações das micro e pequenas empresas apresentaram enfraquecimento, tanto no volume quanto na participação no montante exportado, representando, neste último ano, apenas 1,65%. Entre 2014 e 2016, por outro lado, a inserção foi crescente, chegando a um máximo de 2,44% em 2016. Após isso, embora tenha crescido 11% no quantum de vendas externas em 2017, a ampliação esteve abaixo do avanço total das exportações do estado, o que novamente reduziu sua representação em Santa Catarina. A fim de que o crescimento das exportações também seja um produto dos estabelecimentos que compreendem 98% do segmento industrial, a meta desejável para 2022 é de um crescimento sustentável de 3% ao ano no valor exportado, de forma que até, até o fim do próximo ciclo eleitoral, as MPEs tenham uma participação relativa de 3%.



Fonte: Funcex e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



TEMA PRIORITÁRIO 1:

OBJETIVO:

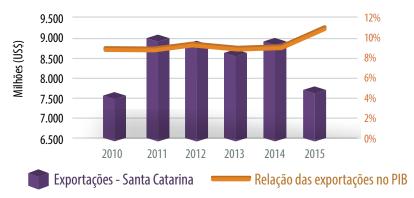


Promover iniciativas voltadas ao acesso e à diversificação de mercados estratégicos e negócios, bem como implementar programas/projetos de internacionalização direcionados à exportação sustentável das empresas catarinenses, fomentando parcerias nacionais e internacionais

Além do crescimento específico das micro e pequenas empresas, as iniciativas para a internacionalização também devem prezar por melhorias no ambiente de negócios, pelo fomento às parcerias nacionais e internacionais e pela diversificação dos exportáveis. Com isso, os produtos catarinenses podem ter mais facilidade em explorar novos mercados, de modo a promover estabilidade e crescimento sustentável às empresas.

O comportamento das exportações catarinenses nos últimos anos, entretanto, foi impactado diretamente pela crise internacional. Até 2008, as vendas externas do estado incorreram em crescimento significativo e, após o forte recuo, rapidamente voltaram a se ampliar, atingindo o valor máximo em 2011, quando alcançaram US\$ 9 bilhões de dólares, um recorde na série histórica. Frente a esse desempenho, nos últimos anos, a relação entre as exportações e o PIB catarinense permaneceu no intervalo de 10% a 11%, mostrando uma tendência de crescimento em 2015, quando chegou a 12,3%, resultado da contração da atividade econômica interna<sup>9</sup>.

### RELAÇÃO ENTRE AS EXPORTAÇÕES CATARINENSES E O PIB ESTADUAL



Fonte: MDIC e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

A promoção da internacionalização das empresas e sua maior inserção nas cadeias globais de valor, com a ampliação do número de firmas exportadoras e dos mercados consumidores, tende a fazer com que uma parte significativa da renda e da riqueza gerada pelo estado seja apoiada nas vendas externas e no faturamento internacional. A estimativa da participação das exportações no PIB serve como indicativo do modo como está se dando o crescimento econômico – se ele é, ou não, contrabalanceado com a inserção internacional dos produtos catarinenses. A fim de indicar se há incrementos no acesso e na diversificação dos mercados fora do país, a meta desejável para 2022 é que a tendência de crescimento na relação das exportações com o PIB se mantenha em Santa Catarina, ampliando-se até 2022.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> A participação das exportações no PIB utiliza como referência as contas nacionais do país e, a partir da participação das exportações catarinenses nas exportações brasileiras, estima a relação em Santa Catarina.

FATOR ESTRUTURANTE INTERNACIONALIZAÇÃO



Defesa de interesses

Acompanhar os impactos das negociações brasileiras com Mercosul, Ásia e União Europeia nas exportações

Outra ótica para o desenvolvimento da internacionalização das empresas é a defesa de interesses para melhorar a agilidade e incrementar a promoção de negócios internacionais, prezando por acordos que favoreçam o comércio dos produtos catarinenses. Nesse sentido, avançar na ampliação dos fluxos de transações nos blocos comerciais em que o Brasil já participa é uma alternativa factível e que pode ser impactada pelas iniciativas levadas a cabo pelo estado.

Para 2022, a meta desejável de crescimento de 3% ao ano no volume exportado para três blocos econômicos em específico implica esforços variados de acordo com o parceiro a que se faz referência. No caso do bloco asiático, o crescimento recente já é positivo, o que possibilita projeções favoráveis para a meta. O Mercosul, por sua vez, teve um ciclo de baixa até 2016, com recuperação em 2017, o que favorece as projeções para um cenário mais otimista. Por último, o bloco europeu parece ser o caso mais desafiador, pois o desempenho recente está aquém do desejável.

### EXPORTAÇÕES CATARINENSES PARA O MERCOSUL



## EXPORTAÇÕES CATARINENSES PARA A ÁSIA (INCLUSIVE ORIENTE MÉDIO)



### EXPORTAÇÕES CATARINENSES PARA A UNIÃO EUROPEIA



Fonte: Funcex e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



TEMA PRIORITÁRIO 2:

**OBJETIVO:** 

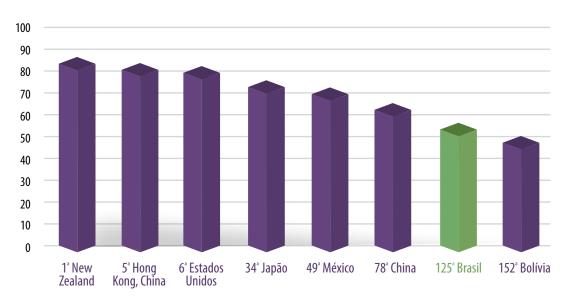


Defesa de interesses

Facilitar o comércio internacional, visando a desburocratização nas operações de comércio exterior

A ampliação dos fluxos de bens e serviços entre os blocos econômicos e demais objetivos deste fator estruturante serão todos potencializados com a melhoria no ambiente de negócios, principalmente a partir da desburocratização nas operações de comércio exterior. De acordo com Ranking do *Doing Business 2018*, o Brasil ocupa a desconfortável 125ª posição no tempo médio para exportar, o que cria barreiras e limita o potencial de venda dos produtos catarinenses. Neste sentido, uma meta desejável é subir 5 posições no ranking até o ano de 2022, reduzindo o tempo para exportar.

### POSIÇÃO NO RANKING GERAL DOING BUSINESS 2018



Fonte: Doing Business 2018 e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.







### Acesso a mercados/exportação

### Defesa de interesses



OBJETIVOS

Incrementar a participação de empresas de micro e pequeno porte na base exportadora catarinense

### **INDICADOR**

Taxa de crescimento do volume de exportação das MPEs catarinenses

META DESEJÁVEL

3%

### **INDICADOR**

Participação das MPEs na exportação total de Santa Catarina

META DESEJÁVEL

3% ao ano

Promover iniciativas voltadas ao acesso e à diversificação de mercados estratégicos e negócios, bem como implementar programas/projetos de internacionalização direcionados à exportação sustentável das empresas catarinenses, fomentando parcerias nacionais e

### **INDICADOR**

internacionais

Relação entre as exportações catarinenses e o PIB estadual

### META DESEJÁVEL

Ampliar a relação do montante exportado sobre o PIB do estado



Acompanhar os impactos das negociações brasileiras com Mercosul, União Europeia e Ásia nas exportações

### INDICADOR

Taxa de crescimento das exportações catarinenses para o Mercosul

### META DESEJÁVEL

3% an ann

### **INDICADOR**

Taxa de crescimento das exportações catarinenses para a União Europeia

### META DESEJÁVEL

3% ao ano

### **INDICADOR**

Taxa de crescimento das exportações catarinenses para a Ásia (inclusive Oriente Médio)

### META DESEJÁVEL

3% ao ano



Facilitar o comércio internacional, visando a redução desburocratização nas operações de comércio exterior

### **INDICADOR**

Tempo médio de exportação

### META DESEJÁVEL

Reduzir o tempo médio de exportação em SC

### **INDICADOR**

Posição do Brasil no ranking geral no Doing Business (Banco Mundial)

### META DESEJÁVEL

120<sup>a</sup> posição



**FATOR ESTRUTURANTE** INTERNACIONALIZAÇÃO





### POR OUE **INVESTIMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS** COMO FATOR ESTRUTURANTE?

As vantagens diretas na economia decorrentes dos investimentos ultrapassam os limites da iniciativa privada, de modo que, para a realização das expectativas de inversão da atividade produtiva, a articulação com o governo é fundamental. Ao envolver e atribuir responsabilidades a diferentes agentes, como órgãos de fomento e agências de promoção de investimentos, propicia-se um ambiente de crescimento e de geração de novas oportunidades.

Para um relacionamento profícu, o é necessário, acima de tudo, a garantia de segurança jurídica e de um marco regulatório adequado. Como esses fatores são dependentes de iniciativas, decisões e ações do governo, já que é da esfera pública que emerge grande parte da promoção de garantias e da busca pela estabilidade nas relações econômicas, a criação de um ambiente favorável para os investimentos e para o empreendedorismo local passa pela aderência do estado às demandas empresariais e da atividade produtiva como um todo. Daí a importância do diálogo de diferentes agentes na definição da estrutura legal, de modo que o olhar conjunto da ótica governamental com os setores interessados tende a suscitar perspectivas mais sustentáveis no desempenho econômico.

Especificamente para o estado, a aproximação de política com os investimentos se assenta em três grandes eixos temáticos: tecnologia, crédito e porte de empresas. No primeiro, dada as constantes modificações do cenário econômico e das tendências, é premente o incentivo aos setores e às empresas que agreguem tecnologia e inovação à atividade

produtiva, reduzindo a dependência de importação, especialmente de insumos industriais. Prova disso é que, do total de compras externas realizadas por Santa Catarina, cerca de 50% estão associadas a itens de alta ou média alta tecnologia, enquanto na pauta das exportações esse percentual é inferior a 30%, com os itens de alta tecnologia representando menos de 1%. Além de incentivar novos investimentos, diferentes podem ser as ações do governo com vistas à complementação da cadeia produtiva, como é o caso da aproximação entre empresas e universidades, bem como da disponibilização de recursos para as inversões nessas pautas.

O acesso ao crédito e a ampliação de fundos de apoio à indústria são parte fundamental ao avanço produtivo, tanto no que se refere à inovação e tecnologia quanto na expansão das atividades já existentes e na busca por qualidade dos produtos e processos. Com relação aos demandantes, são as micro e pequenas indústrias que, atualmente, encontram-se com mais dificuldade na tomada de recursos, principalmente devido ao reduzido número de linhas de crédito a elas aplicáveis e às excessivas garantias exigidas para a obtenção de financiamentos. Como as empresas de menor porte representam 98% dos estabelecimentos industriais catarinenses, empregando mais de 50% dos trabalhadores desse setor, os resultados esperados a partir do olhar governamental para os principais entraves ao investimento podem significar avanços em diferentes frentes, todas elas conduzindo à ampliação da complexidade produtiva e do crescimento estadual.





TEMA PRIORITÁRIO 1:

OBJETIVO:



Segurança jurídica e marco regulatório Aumentar a participação dos agentes econômicos na elaboração e na reavaliação da legislação

O primeiro passo ao elaborar ou reavaliar a legislação é definir qual a adversidade que se pretende enfrentar com a proposição. Tal definição envolve identificar os agentes econômicos relacionados com a questão ou afetados por ela, incluindo-os em um cenário base que permita a avaliação das soluções. Nesse contexto, a participação dos agentes na construção legal resulta em benefícios mútuos, possibilitando que o estado esteja ciente dos impactos de suas ações, concomitantemente à sugestão de novas oportunidades ao governo.





TEMA PRIORITÁRIO 2:

**OBJETIVO:** 



Tributação

Prezar por um sistema tributário que promova a competitividade produtiva

Dado que o sistema tributário impacta significativamente o crescimento industrial, ao fazer com que os possíveis gastos com investimentos produtivos sejam realocados em impostos, discutir sua gestão assume um caráter fundamental. No contexto nacional do Mapa Estratégico da Indústria, a pauta da simplificação tributária tem papel de destaque e, em Santa Catarina, o ICMS assume a posição mais relevante.

Em 2016, vinte estados e o Distrito Federal passaram por uma ampliação da alíquota do ICMS, com o valor catarinense sendo mantido em 17%. Daí em diante, Santa Catarina mantém a base equivalente a outras sete unidades federativas (Acre, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Roraima), que se constitui na mais reduzida do país. Entretanto, especificamente para a indústria, as diferenças emergem, dificultando a inserção dos produtos catarinenses industrializados nos demais estados e desfavorecendo as vendas internamente.

Nos últimos anos, o montante pago em ICMS industrial tem sido crescente, mas desde 2013 a participação da indústria no total arrecadado pelo imposto passa por decréscimos. A esse descolamento se associa a tentativa de redução da alíquota industrial de 17% para 12%, tendo por finalidade alinhar o pagamento dos impostos à estrutura adotada nos países mais desenvolvidos, em que não se onera a produção, mas sim o consumo.



A redução da alíquota industrial também estava por detrás da simplificação do sistema tributário, mas, ao ser negada pela Assembleia Legislativa, inviabilizou a equiparação com a alíquota praticada no Paraná e no Rio Grande do Sul (12%). Assim, para 2022, a meta desejável é que a promoção da competitividade industrial catarinense também se faça mediante a redução do valor incidente sobre o segmento industrial no ICMS e pela política de não ampliação da alíquota praticada nos últimos anos, de modo a não comprometer a concorrência dos produtos do estado.

## EVOLUÇÃO DO MONTANTE DO ICMS REFERENTE À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM SANTA CATARINA



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



TEMA PRIORITÁRIO 3:

OBJETIVO:



## Tecnologia e Inovação

Atrair empresas que contribuam com a matriz produtiva do estado

No decorrer dos últimos dez anos, mais de 22010 projetos para implantação, expansão e modernização de empresas foram anunciados para Santa Catarina, o que representa um valor próximo a US\$ 24 bilhões em investimentos no período. Entretanto, esses anúncios não mostram uma tendência positiva, oscilando conforme o desempenho do país e das oportunidades internacionais. Prova disso é que, depois de 2011, ano em que foram anunciados 36 projetos, iniciou-se um decréscimo no número, coincidindo com o aprofundamento da crise mundial. Em 2016, às flutuações econômicas soma-se a crise política que resultou no impeachment presidencial, quando se atinge o menor valor para os anúncios de investimento.

#### PROJETOS DE INVESTIMENTO ANUNCIADOS PARA SANTA CATARINA



Fonte: Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Dado que as flutuações nos anúncios de investimento em Santa Catarina refletem o cenário nacional, com variações se movendo no mesmo sentido, a expectativa de recuperação econômica do país e de uma renovação do cenário político deverão gerar efeitos positivos nos investidores, retomando a trajetória de crescimento. Se confirmados, a meta anual desejável é que o estado retorne ao seu valor máximo de projetos.

Atuando de forma estratégica para atender a esse objetivo, a Investe SC, uma agência públicoprivada, busca promover a atração de investimentos ao estado, sobretudo de base tecnológica, garantindo que as empresas a serem estabelecidas não sejam diretamente competitivas com os segmentos já presentes no mercado catarinense. Com essa função, a continuidade dessa iniciativa faz dela um importante agente para que os fluxos de investimento sejam redirecionados no país, migrando dos eixos econômicos tracionais para Santa Catarina.



TEMA PRIORITÁRIO 3:

OBJETIVO:

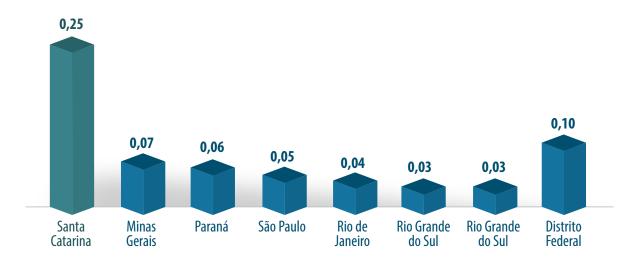


Tecnologia e Inovação

Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de *startups* 

As startups são empresas apoiadas em modelos de negócio que visam uma atividade inovadora no mercado, capazes de atingir um número grande de clientes e gerar lucro em um curto espaço de tempo. Devido às suas características, apoiadas basicamente em novas tecnologias, há a necessidade de um ecossistema específico que concentre empreendedores criativos, universidades qualificadas, boas escolas, parques tecnológicos, investidores, órgãos de fomento com linhas para inovação e políticas públicas específicas, permitindo que elas possam ser pensadas e desenvolvidas adequadamente. Nesse sentido, Santa Catarina ocupa um lugar de destaque, possuindo a maior proporção relativa de startups no país: uma para cada 40.000 habitantes. Esse percentual, significativamente superior ao dos demais estados brasileiros, é puxado por Florianópolis, Joinville e Blumenau, que estão entre as dez cidades brasileiras com maior número de startups.

#### NÚMERO DE EMPRESAS PARA CADA 1000 HABITANTES



Fonte: Associação Brasileira de Startups e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Ao gerar oportunidades para *startups*, abrem-se possibilidades para a construção de novas soluções e para a melhoria de processos em toda a cadeia produtiva catarinense. Assim, a meta desejável para 2022 é que os esforços do estado se reflitam na manutenção de Santa Catarina como referência nacional nesse quesito.



TEMA PRIORITÁRIO 3:

OBJETIVO:

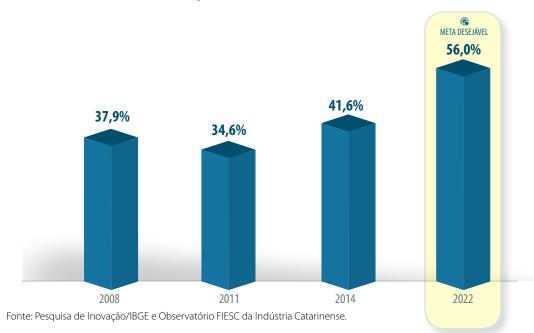


Tecnologia e Inovação

Incentivar investimentos em P&D

Os investimentos em P&D impactam amplamente a economia local, com as estimativas de que o incremento de 1% nesses gastos representem um crescimento adicional de 9,92%<sup>11</sup> no PIB dos países. Em Santa Catarina, é crescente a representação das empresas que realizam dispêndios nas atividades internas de inovação, superando, em 2014, a casa dos 40%. Seguindo essa tendência, a meta para os próximos anos é que os investimentos nessa área sejam ainda mais estimulados, tornando as indústrias do estado referência nacional em projetos inovadores. Para isso, é desejável que, até 2022, 56% delas tenham gastos associados à P&D.

## PERCENTUAL DE EMPRESAS QUE INVESTEM EM P&D EM SANTA CATARINA



<sup>11</sup> Levy Economics Institute

FATOR ESTRUTURANTE INVESTIMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS Conforme estudo<sup>12</sup> divulgado pela CNI, o Brasil se encontra na última posição, dentre os 18 países avaliados, no que se refere à disponibilidade de crédito e custo do capital, evidenciando a dificuldade do empresariado brasileiro no acesso a recursos financeiros. Em Santa Catarina, embora os desembolsos efetuados pelo BNDES tenham apresentado um aumento entre os anos 2000 e 2013, quando chegaram a 12 bilhões em crédito disponibilizado, a participação do estado nos desembolsos totais do país não ultrapassou 6,8%. A partir daí, entretanto, observa-se um decréscimo contínuo do montante de recursos, de modo que, em 2017, os valores retornam à quantidade disponibilizada nove anos atrás. Em termos proporcionais, essa queda não é percebida, com o estado ampliando sua participação.

## PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NOS DESEMBOLSOS EFETUADOS PELO BNDES



Fonte: BNDES e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

No caso da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com foco no financiamento que vai desde a pesquisa básica até a preparação de produtos para o mercado, o montante disponibilizado para projetos catarinenses é bastante volátil, tendo atingido seus máximos valores nos anos de 2013 e 2014. Entretanto, em termos de participação na liberação de recursos totais no país, o estado teve participação máxima em 2008, quando compreendeu 14%.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados.



Em Santa Catarina, o Badesc representa uma das principais agências de fomento do estado e, nos últimos anos, os recursos próprios destinados ao setor privado tiveram um comportamento instável, com valores inferiores a R\$ 6 milhões em 2014, 2016 e 2017, enquanto em 2013 e 2015 superaram R\$ 20 milhões. Nesse período, com exceção de 2016, a indústria foi responsável por metade das contratações de crédito, de modo que é premente que as instituições de fomento tenham condições de ampliar a concessão de crédito aos setores da economia, especialmente frente à possibilidade de expansão dos investimentos nos próximos quatro anos.



Considerando o cenário de recuperação econômica do Brasil, a expectativa é que, em 2022, Santa Catarina retorne ao percentual máximo de participação nos desembolsos do BNDES dos últimos 18 anos (6,8%), bem como na liberação de recursos da Finep nos 16 anos considerados (14%). Especificamente para o fomento estadual, a meta desejável é que a maior disponibilidade de recursos no nível federal amplie o crédito nas agências estaduais, de modo que o incremento represente o retorno ao valor máximo concedido nos últimos anos (superior a R\$ 22 milhões), com a indústria continuando a responder por mais da metade desse montante. Para isso, tão importante quanto a disponibilidade de recursos, é a desburocratização

da concessão.





A inovação consiste, na atualidade, no maior *driver* para a competitividades industrial. Nesse sentido, caso as empresas não disponham de recursos para investir em novas tendências e soluções, é provável que percam espaço no mercado. Diante desse cenário, cabe ao governo promover incentivos à competitividade da atividade produtiva, favorecendo o avanço inovativo.

Considerando o ecossistema de inovação catarinense e o perfil industrial do estado, é esperado que o percentual das empresas que recebem apoio do governo para inovação tenha crescido significativamente: em 2008, compreendia 8,4% das indústrias e, em 2014, ultrapassou os 18%. A fim de que haja continuidade nessa tendência de avanço, incrementando ainda mais a parceria entre as empresas inovadoras e o governo, a meta desejável para 2022 é que Santa Catarina chegue a 24% das indústrias com apoio governamental na inovação.



O acesso ao crédito se torna um assunto ainda mais complexo quando abordado no contexto das micro e pequenas empresas, já que elas representem 98% dos estabelecimentos industriais do estado, mas recebem menos de 40% dos desembolsos do BNDES. Ainda que este banco de desenvolvimento tenha um perfil mais orientado para o repasse de grandes montantes de recursos e que, desse modo,



privilegie investimentos de maior monta, pode-se observar que, entre 2000 e 2013, houve um crescimento no crédito liberado para empresas de menor porte, com ampliação da sua representação no total. No entanto, em 2017, os valores retornaram ao padrão de 2008, implicando também perda de dez pontos percentuais no recebimento de recursos.





Para além da falta de recursos, um dos grandes problemas enfrentados pelas indústrias de micro e pequeno porte é a insuficiência de garantias exigidas pelos bancos quando na concessão do crédito. As Sociedades Garantidoras de Crédito (SGCs) vêm nesse sentido, complementando as garantias exigidas na forma de aval ou fiança, ou mesmo a partir de assessoria técnica, comercial ou financeira.

Em Santa Catarina, há três SGCs – a GaranteOeste (fundada em 2016), a SC Garantias (iniciada em 2017) e a mais recente, GaranteNorte, criada em 2018. Juntas, elas tiveram um aporte inicial de R\$ 10 milhões, valor alavancado significativamente desde sua constituição. Dada a importância da promoção da competitividade por meio do acesso ao crédito, a meta desejável para 2022 é que o número de iniciativas como estas cresça no estado, possibilitando que a maioria das empresas sediadas em Santa Catarina tenha acesso a recursos que possam potencializar o crescimento industrial.



## TEMAS PRIORITÁRIOS



Segurança jurídica e marco regulatório

Tecnologia e Inovação

Crédito

Micro e Pequenas **Empresas** 



Aumentar a participação dos agentes econômicos na elaboração e na reavaliação da legislação

Atrair empresas que contribuam com a matriz produtiva do estado



Desburocratizar o acesso ao crédito e ampliar os fundos de apoio à indústria



Ampliar o crédito para micro e pequenas empresas

**INDICADOR** 

Participação das MPEs

nos desembolsos

anuais do BNDES para

Santa Catarina



Anúncios de projetos de investimento no estado

META DESEJÁVEL

36

projetos ao ano

#### **INDICADOR**

Participação de SC nos desembolsos anuais do **BNDES** 



Retornar ao valor máximo dos últimos 18 anos (6,8%)

**INDICADOR** 

Participação de SC nos

recursos liberados pela **FINEP** 



#### META DESEJÁVEL

Retornar ao valor máximo dos últimos 17 anos (40,6%)





Prezar por um sistema tributário que promova a competitividade e a produtividade



Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de startups

**INDICADOR** 

Número de startups em

Santa Catarina

META DESEJÁVEL

Permanecer líder em

número relativo de

startups



Retornar ao valor máximo dos últimos 16 anos (14%)



Facilitar o acesso ao crédito por empresas de micro e pequeno porte

## **INDICADOR**

Alíquota do ICMS

META DESEJÁVEL

### **INDICADOR**

Crédito contratado no Badesc

META DESEJÁVEL

Ampliar o montante para, no mínimo, R\$ 22 milhões, dos quais mais da metade sejam revertidos para a indústria



**INDICADOR** 

Número de sociedades garantidoras de crédito

META DESEJÁVEL

Ampliar o número

de sociedades

garantidoras de crédito

Não ampliar o nível atual do ICMS e reduzir a alíquota industrial



Incentivar investimentos em P&D

**INDICADOR** 

Participação das

empresas que investem em P&D em SC

META DESEJÁVEL

56%



Ampliar o fomento à inovação



que receberam apoio do governo para inovar

META DESEJÁVEL





Percentual de empresas

24%





## POR QUE **DESENVOLVIMENTO DE MERCADO** COMO FATOR ESTRUTURANTE?

Na tradicional análise da interação públicoprivado, governo e indústrias se constituem como os agentes básicos do mercado produtivo, de modo que à universidade cabe um papel secundário, focado em sua orientação acadêmica e no processo de qualificação dos trabalhadores que serão incorporados ao mercado laboral. Com a inovação e as tecnologias disruptivas sendo incluídas nos processos de produção e apoiando as grandes mudanças das empresas em termos de produtividade e competitividade, o setor educacional assumiu uma nova função, tornando-se complementar à díade clássica. Deste modo, a interação Universidade-Indústria-Governo, que forma a chamada tríplice-hélice, compõe o alicerce para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social.

Sob a nova força motriz, a academia passa a ser responsável, além da formação de profissionais, por produzir e disseminar conhecimentos sob a forma de ideias e tecnologias, tornando-se também umas das fontes do empreendedorismo e da inovação. No último levantamento dos dados do Inep, Santa Catarina possuía, em 2016, 1.651 programas de Pós-graduação ativos, concentrados nas áreas de Ciências Sociais aplicadas (18%), Engenharias (16%), Ciências Humanas (14%) e Ciências da Saúde (11%), distribuídos em 13 municípios do estado. Como a presença de grupos de pesquisa está intimamente relacionada às Pós-graduações, 5% dos grupos nacionais estavam em solo catarinense, dos quais mais de um terço possuía algum tipo de relacionamento com empresas. Embora significativo, esse valor encontra-se aquém do necessário para catalisar a inovação nas indústrias mediante a participação da academia.

A rapidez com que as transformações econômicas se dão fez com que elas se migrassem de um cenário de incremento marginal da capacitação e da expansão do sistema de Ciência e Tecnologia para outro, em que a inovação é parte necessária da agenda das mais diversas instituições. Em função disso, a aproximação dos principais agentes interessados na geração de múltiplas oportunidades de crescimento cria um ambiente no qual as políticas industriais podem estimular ainda mais a atividade inovativa, enquanto as instituições acadêmicas têm espaço para se aproximar do setor produtivo. Dessa maior associação advém demandas por desenvolvimento de produtos e tecnologias que atendam diretamente às necessidades da indústria, assim como potencializa os resultados da academia em torno de práticas que, desde a sua concepção, tenham aplicabilidade e utilização.

A maior e mais intensa aproximação via tríplice hélice pode se colocar também como um instrumento de superação dos obstáculos à expansão produtiva, traduzida no adensamento das cadeias. Uma economia marcada pela diversidade, tanto no conjunto dos seus produtos quanto ao nível regional, faz com que os custos de transação seiam reduzidos e a capacidade de reação e adaptação a crises se fortaleça. Desse modo, a adoção de melhores práticas de desenvolvimento produtivo, consubstanciado pelo desenvolvimento de um mercado integrado, pode ampliar a competitividade, aumentar a variedade е quantidade de produtos exportados e propiciar o reconhecimento do estado, de modo que a marca Santa Catarina passe a agregar ainda mais valor aos bens aqui produzidos.

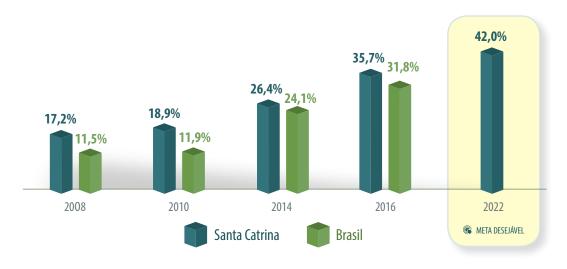




Nos últimos anos, tem ocorrido um crescimento no número de grupos de pesquisa do estado e, concomitantemente a isso, houve expansão da participação daqueles com relacionamento com empresas. Em 2008, essa interação ocorria em 17,2% dos grupos catarinenses, valor que se ampliou para 35,7% em 2016. O incremento na parceria é uma tendência observada em todo o país, com a média nacional saindo de 11,5% para 31,8%.

No comparativo com os demais estados, Santa Catarina perdeu posições no ranking em 2016, passando de líder para o sexto lugar. Continuar avançando no relacionamento universidade-empresa se coloca, portanto, como um desafio para o desenvolvimento produtivo das atividades econômicas, bem como para que os esforços de pesquisa se revertam em melhorias para a população e para a sociedade. Nesse caso, a meta desejável para 2022 é que o número de grupos de pesquisa com relacionamento com empresas se amplie para 42% o que, mantidas as interações nos outros estados, posicionaria Santa Catarina como líder novamente.

## PERCENTUAL DE GRUPOS DE PESQUISA QUE POSSUEM RELAÇÃO COM EMPRESAS



Fonte: CNPq e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.



TEMA PRIORITÁRIO 1:

**OBJETIVO:** 



## Cadeia produtiva

#### Adensar a cadeia produtiva

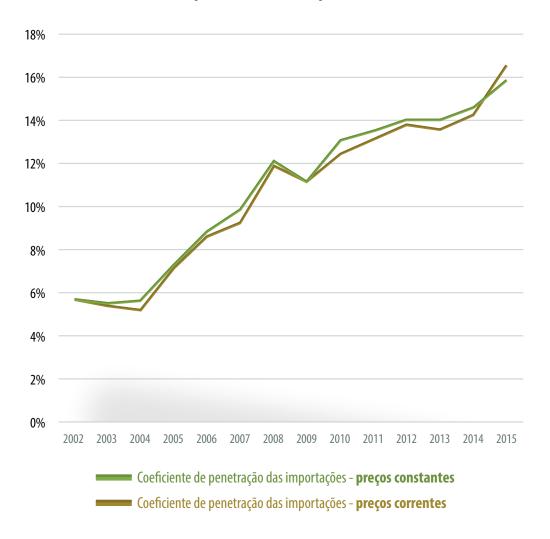
O coeficiente de penetração das importações mensura a participação dos produtos importados no consumo aparente (ou seja, a soma da produção doméstica com as importações, deduzidas as exportações). Entre 2002 e 2015, esse consumo cresceu quase quatro vezes em Santa Catarina, enquanto o volume de bens importados cresceu 12,5%, o que resultou em aumento de 10,6 pontos percentuais do coeficiente de penetração das importações.

O forte crescimento dessa variável está relacionado à contribuição da demanda doméstica (impactada por políticas de ampliação da renda, aumento do crédito e incentivo às importações), bem como da taxa de câmbio, já que quando o Real aprecia, aumenta o poder de compra das famílias e das empresas, barateando as importações e impactando positivamente na aquisição de produtos estrangeiros. Entretanto, a inexistência de uma cadeia produtiva mais adensada também promove a ampliação das importações de máquinas, equipamentos e insumos industriais, de modo que parte da riqueza gerada internamente pelo estado é drenada para fora do país por não encontrar aqui oferta adequada desses produtos.

Somado aos fatores macroeconômicos já destacados, o crescimento do coeficiente de penetração se deve, em Santa Catarina, ao Tratamento Tributário Diferenciado (TTD) que, ao trazer vantagens na redução do ICMS às empresas que tiveram seu pedido aceito pelo fisco estadual, fez com que parte das importações dos outros estados brasileiros entrassem no país pelos portos e aeroportos catarinenses. A redução de custos daí decorrente exerce uma pressão para cima no coeficiente de importação, mas a reversão de sua trajetória de crescimento até 2022 é uma meta desejável, porque pode se relacionar com o adensamento da cadeia produtiva, a partir da busca de uma solução interna ao crescimento da demanda, diminuindo a dependência de produtos vindos de fora do Brasil.



## COEFICIENTE DE PENETRAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES EM SANTA CATARINA



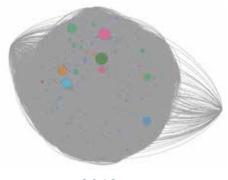
Preços constantes – o índice considera as importações com valores deflacionados; Preços correntes – o índice se apoia no valor nominal das importações. Fonte: Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

Os reflexos do adensamento podem se fazer presentes quando avaliados em termos da densidade das interações das atividades econômicas de Santa Catarina, uma medida que reflete as conexões potenciais de ocupações no estado a partir das conexões já existentes. Mediante a definição da rede espaço-atividade<sup>13</sup>, tem-se a habilidade do estado em, dadas as ocupações existentes na economia, produzirem diferentes bens e avançarem naqueles que possuem mais complexidade.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> A rede espaço-atividade relaciona as atividades produtivas por meio das competências profissionais compartilhadas. A origem dessa análise, que remonta ao Atlas de Complexidade de Hausman e outro autores, utiliza a ideia de uma floresta e seus macacos como analogia, em que as árvores são as atividades produtivas. O processo de crescimento econômico implica, nesse sistema complexo, altos dos macacos de árvores mais simples, com menos frutos, para árvores mais ricas, de modo que, quando a floresta apresenta muitas clareiras, a movimentação é dificultada. Em outras palavras: o adensamento da floresta, especialmente com árvores mais produtivas, impacta as possibilidades de desenvolvimento.

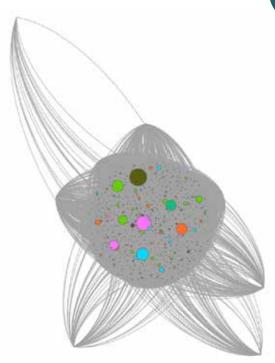


## REDES ESPAÇO-ATIVIDADE: ATIVIDADES ECONÔMICAS RELACIONADAS PELAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DE SANTA CATARINA



2012

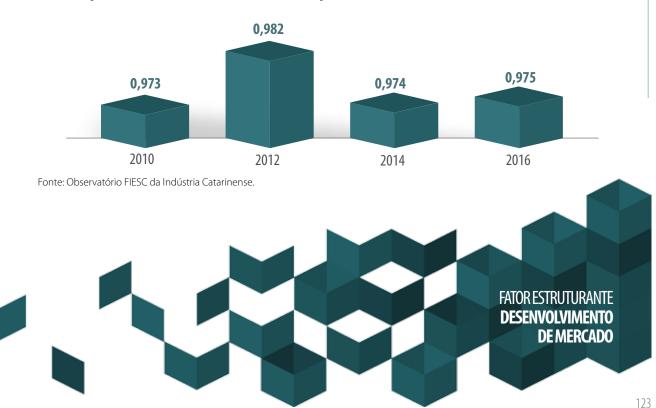
Fonte: Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

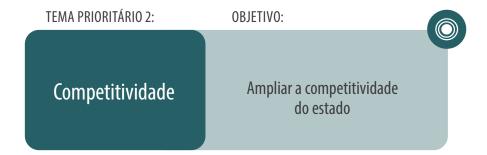


2016

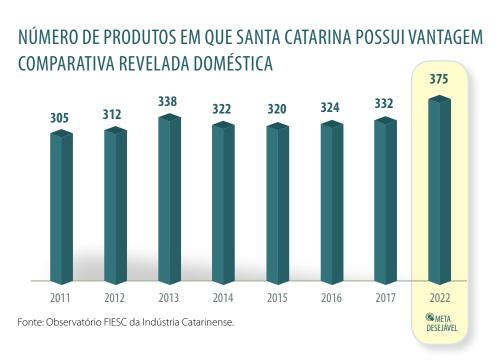
É justamente no adensamento da cadeia produtiva e, portanto, na ampliação da densidade da rede espaço-atividade, que se apoia a meta desejável para 2022. Após ter se ampliado em 2012, a medida teve um retrocesso em 2014, adentrando em um novo processo de crescimento a partir de então. Mantendo-se essa tendência, o estado terá um ambiente produtivo mais articulado em termos ocupacionais e, portanto, podendo avançar para um ambiente mais produtivo.

## EVOLUÇÃO DA DENSIDADE DA REDE ESPAÇO-ATIVIDADE DE SANTA CATARINA





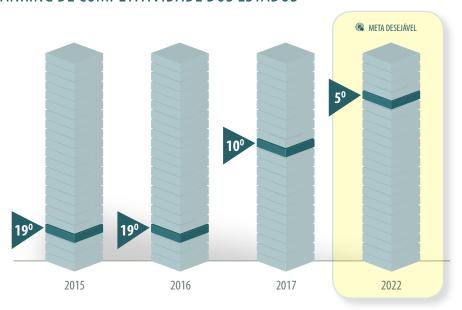
Santa Catarina, em 2017, foi a oitava economia em valor exportado do Brasil, com US\$ 8,5 bilhões, cerca de 4% do montante de vendas externas brasileiras. Entretanto, em termos de Vantagem Comparativa Revelada Doméstica (VCR), que mensura a competitividade internacional dos produtos exportados de acordo com a participação na pauta de exportações do país, o estado assume a segunda posição geral. Esse desempenho decorre do fato de, frente às demais unidades federativas, Santa Catarina tem mais vantagens comparativas em 332 produtos, ou seja, em cerca de 28% dos bens catarinenses exportados. Diante desse quadro, a meta desejável para 2022 é chegar a 375 produtos com VCR Doméstica, crescimento de 11,5% no acumulado dos próximos quatro anos.



Quanto ao mercado interno, é possível utilizar como indicador um dos pilares que constituem o Ranking de Competitividade dos Estados – o potencial de mercado. Embora Santa Catarina ocupe a segunda posição no indicador geral, encontra-se no décimo lugar considerando essa variável, tendo avançado nove posições entre 2016 e 2017. Ao levar em conta o crescimento potencial da força de trabalho, o tamanho do mercado e a taxa de crescimento, é possível que o estado, em 2022, esteja entre os cinco primeiros do ranking, já que muitas são as capacidades de ampliação do PIB e do avanço em sua taxa de variação, ainda que, no caso da expectativa de crescimento da população em idade ativa para os próximos dez anos, o grau de mudança seja mais limitado.



# POSIÇÃO DE SANTA CATARINA NO PILAR POTENCIAL DE MERCADO DO RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS



Fonte: Ranking de Competitividade dos Estados (CLP) e Observatório FIESC da Indústria Catarinense.

TEMA PRIORITÁRIO 2:

**OBJETIVO:** 



Competitividade

Fortalecer a Marca Santa Catarina

O reconhecimento dos produtos catarinenses nos demais estados do país e no mercado externo é um dos grandes objetivos até 2022, de modo que, além dos preços, seja possível concorrer com qualidade e de forma dinâmica nos mercados consumidores. Esse posicionamento ativo da Marca Santa Catarina serve como instrumento de ampliação da competitividade industrial, fazendo com que a conquista e fidelidade dos consumidores estejam ancoradas em empresas aqui instaladas.







## TEMAS PRIORITÁRIOS

## Cadeia produtiva



Promover a integração entre indústria, academia e instituições públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva

#### **⋒** INDICADOR

Percentual de grupos de pesquisa com relacionamento com empresas

#### META DESEJÁVEL

42%



Adensar a cadeia produtiva

#### **INDICADOR**

Coeficiente de penetração das importações

#### META DESEJÁVEL

Reverter a trajetória de crescimento do indicador

#### **INDICADOR**

Densidade das interações das atividades econômicas por meio das competências

#### **META DESEJÁVEL**

Aumentar a densidade das interações

## Competitividade



Ampliar a competitividade do estado

#### **INDICADOR**

Número de produtos com Vantagem Comparativa Revelada

#### META DESEJÁVEL

375 produtos na classificação SH4

#### **INDICADOR**

Potencial de Mercado no Índice de Competitividade dos estados

#### META DESEJÁVEL

Avançar para as cinco primeiras posições do ranking



Fortalecer a marca Santa Catarina



#### DIRETORIAS E CONSELHOS

**FIESC** 

Diretoria

Presidente

Glauco José Côrte

1º Vice-presidente

Mario Cezar de Aguiar

Diretor 1º Secretário

Edvaldo Ângelo

Diretor 1º Tesoureiro

Alfredo Piotrovski

Diretor 2º Tesoureiro

Egon Werner

Vice-presidentes para Assuntos

Regionais

Alto Uruguai Catarinense: Álvaro Luis de

Mendonca

Alto Vale do Itajaí: Lino Rohden Centro-Norte: Gilberto Seleme Centro-Oeste: Márcio Luís Dalla Lana

Extremo Oeste: Astor Kist

Foz do Rio Itajaí: Maurício Cesar Pereira

Litoral Sul: Michel Miquel Norte-Nordeste: Evair Oenning Oeste: Waldemar Antônio Schmitz Planalto Norte: Arnaldo Huebl Serra Catarinense: Israel José Marcon Sudeste: Tito Alfredo Schmitt

**Sul:** Diomício Vidal

Vale do Itajaí: Ronaldo Baumgarten

Júnior

Vale do Itajaí-Mirim: Ingo Fischer Vale do Itapocu: Célio Bayer

Vice-presidentes para Assuntos **Estratégicos** 

Mário Lanznaster Ney Osvaldo Silva Filho Rui Altenburg

**Diretores** 

Adalberto Roeder

Albano Schmidt

Aldo Apolinário João

Alexandre D'Ávila da Cunha

André Armin Odebrecht

Bárbara Paludo

Carlos Júlio Haacke Júnior

César Murilo Barbi

Charles Alfredo Bretzke

Charles José Postali

Conrado Coelho Costa Filho

Giordan Heidrich

Henrique de Bastos Malta

Ida Áurea da Costa

José Sylvio Ghisi

Olvacir José Bez Fontana

Osni Carlos Verona

Osório Dal Bello

Otmar Josef Müller

Pedro Leal da Silva Neto

Roberto Marcondes de Mattos

Rogério Pedro Mendes

Vianei Amilcare Zappellini

Volmir Antônio Meotti

Walgenor Teixeira Wanderley Zunino

**Conselho Fiscal** 

**Efetivos** 

Celso Panceri

Fred Rubens Karsten

Leonir João Pinheiro

**Suplentes** 

Amauri Eduardo Kollross

Flávio Henrique Fett

Rita Cássia Conti

Conselho Emérito

José Fernando Xavier Faraco

Osvaldo Moreira Douat

Delegação junto à CNI

**Efetivos** 

Glauco José Côrte

Mario Cezar de Aquiar

**Suplentes** 

Jair Philippi

João Stramosk

CIESC

Diretoria

Presidente

Glauco José Côrte

1º Vice-presidente

Mario Cezar de Aquiar

Diretora 1ª Secretária

Silvia Hoepcke da Silva

Diretor 2º Secretário

Marcelo Rodrigues

Diretor 1º Tesoureiro

Luciano Flávio Andriani

Diretor 2º Tesoureiro

José Fernando da Silva Rocha

Conselho Consultivo

Adolfo Fey

Cláudio Ávila da Silva

Cláudio Roberto Grando

Evandro Müller de Castro

Hilton Siqueira Leonetti

Joachim Gerecht

José Adami Neto

José Antônio Philippi

Luiz Gonzaga Coelho

Nivaldo Pinheiro

Noiodá José Damiani

Odelir Battistella

Conselho Fiscal

**Efetivos** 

Juarez de Magalhães Rigon

Newton João Fabris

Valcir José Zanette

Suplentes

Amilcar Nicolau Pelaez

Edson Osvaldo Amaral

Fernandes Luiz Andretta

SESI

Conselho Regional de Santa Catarina

**Presidente** 

Glauco José Côrte

1º Vice-presidente

Mario Cezar de Aguiar

Representantes da Indústria

**Titulares** 

Giuliano Donini

Luis Carlos Guedes

Luiz Gonzaga Coelho

Sergio Luis Pires

**Suplentes** 

Ademir José Pereira

Fernando Mayer

Giordan Heidrich

Jorge Luiz Correia de Sá

Representantes Institucionais

**Titulares** 

Trabalhadores da Indústria

Ewaldo Gramkow

Governo do Estado

Paulo Cesar da Costa

Ministério do Trabalho e Emprego

Cley Capistrano Maia de Lima

**Suplentes** 

Trabalhadores da Indústria

Ministério do Trabalho e Emprego

Miguel Padilha

Governo do Estado

Sergio Luiz Gargioni

Dianes Ricardi Maciel

#### **SENAI**

Conselho Regional de Santa Catarina **Presidente** 

Glauco José Côrte

1º Vice-presidente

Mario Cezar de Aguiar

#### Representantes da Indústria

#### **Titulares**

César Augusto Olsen Guilherme Marco de Lima Hilton José da Veiga Faria

Osvaldo Luciani

#### **Suplentes**

Hans Heinrich Bethe Luís Antônio Stramosk Orlindio da Silva Reginaldo José Chechinel

#### Representantes Institucionais

#### **Titulares**

Trabalhadores da Indústria

Carlos Alberto Baldissera

#### Ministério da Educação

Maria Clara Kaschny Schneider

#### Ministério do Trabalho e Emprego

Cley Capistrano Maia de Lima

#### Suplentes

Trabalhadores da Indústria

Ari Oliveira Alano

#### Ministério da Educação

Francisco José Montório Sobral

#### Ministério do Trabalho e Emprego

Djanes Ricardi Maciel

#### IEL

Conselho Regional de Santa Catarina **Presidente** 

Glauco José Côrte

#### **Diretor Tesoureiro**

Luciano Flávio Andriani

#### Representante da FIESC

Carlos Frederico da Cunha Teixeira

#### **Conselho Consultivo**

#### **Efetivos**

Angela Teresa Zorzo Dal Piva Hans Heinrich Bethe Liandra Nazário Nóbrega Marco Antônio Corsini Mircon Roberto Becker Paulo Rubens Obenaus Valério Gomes Neto

#### **Suplentes**

Álvaro Schwegler Celso Marcolin Eduardo Seleme Flávio José Martins Heleny Mendonça Meister Márcio Vaccaro

#### **Conselho Fiscal**

Sérgio Luiz Moretto

#### **Ffetivos**

Ilton Paschoal Rotta Marcus Schlösser Norberto Viana

Suplentes

Alexsandro da Cruz Barbosa Harry Perusin Joacir Antônio Dalvit

#### Representação Institucional

BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul Fapesc — Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina

**Fundação Certi** — Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras

**Sebrae/SC** — Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas

**Sistema Acafe** — Associação Catarinense das Fundações Educacionais

**Udesc** — Universidade do Estado de Santa Catarina

**UFSC** — Universidade Federal de Santa Catarina

#### DIRETORES, ASSESSORES E GERENTES EXECUTIVOS DA FIESC E DE SUAS ENTIDADES

Antônio José Carradore

Assessor para Assuntos do Movimento A Indústria pela Educação

Carlos Henrique Ramos Fonseca Diretor de Desenvolvimento Institucional e Industrial

Carlos José Kurtz **Diretor Jurídico** 

Carlos Roberto de Farias Diretor de Marketing e Relacionamento com o Mercado

Elmar Meurer **Assessor de Imprensa** 

Fabrizio Machado Pereira Superintendente SESI/SC

Fernando Pisani de Linhares **Gerente de Auditoria** 

Jefferson de Oliveira Gomes **Diretor Regional do SENAI/SC** 

Marco Aurélio Prass Goetten Diretor Técnico do SESI/SC

Maurício Cappra Pauletti Diretor Técnico do SENAI/SC

Natalino Uggioni **Superintendente do IEL/SC** 

Paulo de Tarso Guilhon **Assessor de Economia** 

Rodrigo Carioni Chefe do Gabinete da Presidência

Silvestre José Pavoni Superintendente de Serviços Compartilhados







FIESC Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

> SEDE Rodovia Admar Gonzaga, 2765 Itacorubi - 88034-001 Florianópolis/SC Tel.: (48) 3231-4100 http://www.fiesc.com.br

